

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GOIÁS-GO

SIMÃO DOS SANTOS RIBEIRO

**O CULTIVO DA SEMENTE DO MILHO CRIOULO NO P. A. RANCHO GRANDE:
PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE, OU RESGATE DE CULTURA?**

GOIÁS-GO

2011

SIMÃO DOS SANTOS RIBEIRO

**O CULTIVO DA SEMENTE DO MILHO CRIOULO NO P. A. RANCHO GRANDE:
PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE, OU RESGATE DE CULTURA?**

Monografia apresentada á Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Goiás. Como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. José Braga Coelho

GOIÁS-GO

2011

SIMÃO DOS SANTOS RIBEIRO

O CULTIVO DA SEMENTE DO MILHO CRIOULO NO P. A. RANCHO GRANDE: PREOCUPAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE, OU RESGATE DE CULTURA?

Monografia apresentada no dia 02/12/2011 à Banca Examinadora, como requisito para a obtenção do grau de licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Goiás-GO.

Membros da Banca Examinadora

Prof. Ms. José Braga Coelho - orientador/UEG

Prof. Ms. Elisabeth Maria de Fátima Borges/UEG

Prof. Esp. Marly Sacramento Camargo Silva/ UEG

Dedico este trabalho de forma especial a minha esposa e filhas. Também aos meus pais, por dar um grande apoio e colaboração na concretização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem ele nada seria possível, e que são poucos aqueles que terão a grandezas de deixarem sua marca na história.

As minhas filhas e minha esposa, pelo esforço, compreensão e apoio, pelo incentivo em todos os momentos desta caminhada.

Agradeço a contribuição de meus amigos e familiares, e de todas as famílias do assentamento Rancho Grande, que abriram as portas para a minha pesquisa e que contribuíram para a concretização deste trabalho.

Agradeço também a todos os professores, em especial ao meu orientador Prof. Ms. José Braga Coelho, por ajudar muito nesta jornada, principalmente pela sua paciência e dedicação.

Enfim, agradeço a cada um que ajudou de forma direta ou indireta na conclusão desta pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa que resultou em trabalho monográfico tem como objetivo mostrar o P. A. Rancho Grande, no município de Goiás, destacando em particular o resgate de uma cultura e a preocupação com o meio ambiente, além das transformações que ocorreram no assentamento ao longo dos anos. Portanto, este trabalho apresenta os diversos significados do homem rústico que por viver no campo, muitas vezes recebe nomes inferiores, como “caipira”, roceiro e atrasado. No entanto, o camponês é um cidadão ativo que constantemente está em busca de seus objetivos. O presente trabalho, além da discussão teórica sobre a identidade camponesa, aborda a origem do milho, tanto no mundo quanto no Brasil e, principalmente em Goiás, mostrando os nutrientes que no milho são encontrados, bem como a forma em que são consumidos tanto pelo homem como pelos animais. Mostra também a transformação do milho devido o processo da Revolução Verde e a mudanças no meio rural com a chegada dos transgênicos, deixando de lado o milho crioulo, assim como a sementes do milho crioulo deixada como herança pelos antepassados. Também é mostrada as transformações ocorridas na sociedade goiana, com a chegada dos assentamentos no Município de Goiás, que esteve ligado sempre às desapropriações dos territórios e que é caracterizado por uma cultura mista, com o desenvolvimento dos trabalhadores de vários lugares do Estado, além de ser um dos municípios que possui o maior número de assentamentos do Brasil. Por fim, entra a questão do milho crioulo no P. A. Rancho Grande, onde o seu cultivo representa o resgate de uma cultura, além de estar nela contida a preocupação com o meio ambiente.

Palavras-chave: Assentamento P. A. Rancho Grande. Município de Goiás. Resgate de cultura. Milho Crioulo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Várias espécies de milho crioulo.....	47
Foto 2 - Milho Transgênico.....	48
Foto 3 - Milho Híbrido.....	48
Foto 4 - A chegada dos acampados na fazenda Rio Vermelho (atual Rancho Grande).....	57
Foto 5 - A ocupação na fazenda Rio Vermelho (atual Rancho Grande).....	57
Foto 6 - Roçado para plantar milho e arroz.....	58
Foto 7 - Trabalhadores indo para o roçado na fazenda Rio Vermelho (atual P. A. Rancho Grande).....	60
Mapa 1 - Localização Geográfica.....	63
Mapa 2 - Croquis dos assentamentos.....	64
Gráfico 1 - Mostra a composição familiar dos assentados.....	65
Gráfico 2 - Mostra o número de pessoas da família que residem no assentamento.....	66
Gráfico 3 - Apresenta o tempo em que estão assentados.....	67
Gráfico 4 - Demonstrativo do tipo de parcela quanto à aquisição.....	68
Gráfico 5 - Destinação da área da parcela.....	69
Gráfico 6 - Demonstrativo do tipo de criação pecuária.....	70
Gráfico 7 - Demonstrativo do tamanho da área do plantio do milho.....	70
Gráfico 8 - Informa sobre quando tiveram conhecimento do milho crioulo.....	71
Gráfico 9 - Demonstrativo sobre o local de aquisição de sementes crioulas.....	72
Gráfico 10 - Demonstrativo do uso de fertilizantes ou agrotóxicos no cultivo.....	73
Gráfico 11 - Demonstrativo da viabilidade econômica da produção do milho.....	74
Gráfico 12 - Demonstrativo sobre a opinião sobre o que pensam sobre o cultivo do milho?.....	75
Gráfico 13 - Demonstrativo da opinião dos assentados sobre as necessidades atuais para o assentamento.....	76

LISTA DE SIGLAS

CANG: Goiás a Colônia Nacional Agrícola de Ceres

CEBs: Comunidades Eclesiais de Base

CPT: Comissão Pastoral da Terra

FETAEG: Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás

FICA: Festival Internacional do Cinema e Vídeo Ambiental

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST: Movimento Sem Terra

PA: Projeto de Assentamento

PP: Preservação Permanente

RS: Rio de Janeiro

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SÚMARIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	9
1 CAMPONÊS E CAMPESINATO	11
1.1 Na busca de uma identidade camponesa.....	19
1.2 Camponês e campesinato no Brasil.....	22
1.3 Os camponeses na atualidade.....	25
1.4 Camponês e campesinato em Goiás.....	28
2 A GÊNESE DA CULTURA DO MILHO	32
2.1 Características nutricionais e propriedades do milho.....	35
2.2 A origem do milho no Brasil.....	36
2.3 Sobre o milho em terras goianas.....	37
2.4 O milho e a Revolução Verde.....	40
2.5 Milho transgênico X milho crioulo.....	44
3 O MUNICÍPIO DE GOIÁS E O CAMPESINATO.....	51
4 PROJETO DE ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE.....	55
4.1 O cultivo do milho crioulo no P. A. Rancho Grande.....	60
4.2 Dados sociais do assentamento.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE.....	88

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho, que é resultado de uma pesquisa realizada no P. A. Rancho Grande, no município de Goiás-GO, tem como enfoque principal a preocupação e o resgate da cultura do plantio do milho crioulo, bem como a representação econômica, social e cultural que essa cultura representa na vida dos assentados.

A escolha do cultivo do milho crioulo no P. A. Rancho Grande, como recorte para pesquisa, foi devido à notoriedade da importância desta produção na vida da classe camponesa.

Assim, analisar as repercussões desta produção na região descrita não é apenas pautar-se em observações simplistas de metodologias de manejo, mas, sobretudo abarcar neste cenário, a gama de constituições históricas deste grupo social, suas práticas culturais, econômicas e lutas políticas, ou seja, como estes se inserem no panorama geral do município de Goiás e do Estado de Goiás.

Propõe-se aqui ressaltar como a sociedade se configura a partir de suas práticas econômicas e como estas, por sua vez, são produtos das próprias condições do meio, ou seja, fora a carência de recursos e a tradição já existente há décadas que fizeram a cultura do milho crioulo um artigo de tamanho valor simbólico, pelo qual pode-se constatar os aspectos essenciais da identidade deste grupo camponês.

Deste modo, nota-se que esta pesquisa possui relevância para diversas áreas do conhecimento, ou seja, para situar os leitores há um grande contexto histórico com respaldo em continuidades e rupturas; análise da área em que se destina a pesquisa, bem como da formação das relações camponesas em que se resultaram no P. A. Rancho Grande. Enfim, noções de movimentos políticos, sociais e econômicos, que torna acessível uma importante fonte para diversos públicos e futuras pesquisas nessa área.

Para apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa de campo foram utilizados diversos recursos, como entrevistas com os autores diretamente envolvidos, aplicação de questionários com quase todas as famílias assentadas e pesquisa em arquivos documentários. Por conseguinte, a metodologia de trabalho requereu a pesquisa bibliográfica em diversas fontes históricas, geográficas, teóricas, (Santos, Coelho, Josimo, Schmitz,

Barghini, Cardoso, Lerayer, Fernandes, Duarte, Hobsbawn, dentre outros), com clássicos autores renomados e outros mais atuais, que se expressam sob formas de livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações e teses).

Esses resultados foram mostrados através de fotografias, tabelas, gráficos, mapas que auxiliam na melhor construção do conhecimento acerca da temática escolhida, sendo dividido em quatro partes ou capítulos, assim especificados:

No primeiro capítulo foi feita uma discussão teórica sobre o camponês e o campesinato, onde procurou demonstrar o pensamento de diversos estudiosos acerca do tema, destacando a identidade camponesa no Brasil, desde o processo histórico a atualidade, principalmente no que se refere a luta dos camponeses pela terra no município de Goiás.

Já no segundo capítulo foi discorrido sobre a cultura do milho, onde foi falado desde sua gênese até suas características nutricionais. Destacou-se também o início do cultivo do milho no Brasil, bem como em terras goianas, até chegar no papel exercido pelo milho na revolução verde, onde foi feita uma discussão entre o milho transgênico e o milho crioulo.

No terceiro capítulo, foi apresentado mesmo que de forma sucinta, o município de Goiás e sua relação com o campesinato, ou seja, com as lutas camponesas.

Por fim, no quarto capítulo foi apresentado o P. A. Rancho Grande, sua localização, sua história e, principalmente, dados referentes ao cultivo do milho crioulo praticado por boa parte dos assentados pesquisados.

Enfim, todas estas características apresentadas, tornam este trabalho de pesquisa de grande valor para o público acadêmico, especialista e mesmo leigo, já que traz diversas informações que ampliam consideravelmente o teor cognitivo dos leitores, bem como discussões atuais e relevantes, não desfavorecendo os contornos históricos que os originaram.

1 CAMPONÊS E CAMPESINATO

Em busca de uma definição da concepção ideológica das palavras “camponês e campesinato”, pode-se dizer que se trata de uma categoria de trabalhadores que gera críticas sobre a transformação do país ao longo do século, pessoas estas que sofreram influências do capitalismo, migrando para as cidades. Assim, o camponês levou a fama de desqualificado, atrasado, ou seja, como intruso ou invasor. Zanini (2009, p. 89), explica que a definição de camponês transcende à questão da produção na terra ou da residência em uma zona rural, não é uma questão fácil para as ciências sociais. Portanto, ao longo dos anos, as palavras “camponês e campesinato” foram introduzidas na discussão científica por causa do significado político. Ao serem analisadas, percebe-se que ambas carregam várias características com sentido ambíguo, em que para a maioria destes são definidos como trabalhadores que trabalham juntos com a sua família na terra. Também, pode significar homens rústicos que vivem e permanecem somente no campo, distantes das cidades e da civilização e, por viver no campo, recebem nomes inferiores como “caipiras”, “atrasados”, “tonto”, “preguiçoso”, “ingênuos” dentre outros, mas cada qual com sua personalidade. Este nome camponês, segundo Duarte (2001 p. 119), carrega uma conotação política e ideológica.

[...] Mas estas conotações depreciativas vão desaparecendo à medida que vão crescendo as lutas camponesas. Essa palavra camponês procura então expressar a unidade da situação de classe e dar unidade a estas lutas. Insere-se numa concepção da História e de lutas de classes. Por isso pretende ser também a designação de um destino histórico.

Os espaços dos camponeses são diferentes e apresentam um modo de vida simultaneamente em relação à outra sociedade, mesmo assim eles sofrem com estas mudanças. Taussig, (1980, p. 10) define que “o modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista”.

Se por um lado o mercado domina o campesinato, por outro ele não o organiza. Então, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que o campesinato é uma classe social pertencente a um mundo diferente, ele apresenta relação social distinta, que se refere ao modo que domina a vida nos padrões da sociedade capitalista. Segundo Shanin (1979, p. 228), “o

campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise”.

Para Martins (1981, p. 23), o destino camponês brasileiro está relaciona às contradições em que vive.

O transplante da concepção de camponês de outras realidades históricas, particularmente da realidade russa dos fins do século XIX, e do começo do século XX, para enquadrar e explicar a situação e as lutas no meio rural brasileiro, destes tempos recentes, é procedimento que apresenta dificuldades. O destino do camponês brasileiro passa a ser concebido através de um entendimento estrangeiro de destino do camponês (como estranha é a própria palavra nova que o designa) e que não corresponde à sua realidade, às contradições que vive, ao destino real que nasce de fato dessas contradições e não da imaginação política.

Da mesma forma que os camponeses lutaram no passado pela a terra, lutam também no presente, podendo então perceber que essas lutas, não são somente pela terra, mas também pela água e pela natureza, entre outros recursos naturais. Dessa forma, é uma classe que há muitos anos vem sofrendo grandes conseqüências, tornando assim a vida dos camponeses mais razoáveis, por ter uma participação discriminatória na sociedade que em que vivem. Porém, no Brasil os camponeses produtores lutam pela forma de ser um agente social que participam da construção da sociedade brasileira. Neves (2009, p. 15) afirma:

Dessa forma, no Brasil, os produtores agregados pela forma de organização camponesa estão presentes como atores sociais que participaram e participam da construção da sociedade nacional. Esse reconhecimento não se funda tão-somente em uma dimensão politizada de defesa dessa visibilidade social. Ele também se explica pelos princípios de constituição das formas hegemônicas de organização da produção social.

Os camponeses são atores de muitas transformações ocorridas na sociedade em que vivem, por eles terem migrado para outros lugares e por lutar pelo seu próprio pedaço de terra. Sendo assim, eles passaram por várias acomodações. Em outros momentos, os camponeses vão sendo obrigados a se adaptarem nas regiões por onde passam como ressalta Moura (1981, p. 18/19):

Em determinados contextos históricos, esta foi de fato a tendência predominante. Na maioria, porém o camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal.

Teve suas formas de produção e organização de vida redefinida e em larga medida, postos a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem na reprodução do capital.

Pode-se ressaltar que, tanto o camponês como campesinato estão direcionados um com o outro, como relata Neves (2009, p. 20). “O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história”. Sendo assim o campesinato liga-se ao camponês.

E por isso é que os camponeses formam uma sociedade que trabalham no campo e, muitas vezes de forma comunitária, facilitando a vida entre ambos, com o interesse de fazer alguma transformação na sua produtividade, uma opção que mantem o seu estilo de vida e sustento.

Falando sobre o camponês, Duarte (2001), relata que além de ser um pequeno produtor é mais importante levar em consideração a análise dos elementos internos: “a família”; o conjunto do ambiente social onde se desenvolve a vida camponesa; e seu modo de vida e suas representações. Nesse sentido, pode-se dizer que o camponês é aquela família que teve e tem acesso a terra e aos seus recursos que a natureza oferece.

[...] Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades [...]. (CARVALHO, 2005, p. 170).

Assim, ao tentar definir o camponês, percebe-se que são aqueles que são trabalhadores ou pequenos proprietários, que sobrevivem com a família daquilo que plantam e colhem, mostrando que têm uma grande intimidade com a terra, tendo em vista a influência no processo de construção e desconstrução, mostrando ainda que a família camponesa mantem as características viva nas raízes, onde predomina a sua cultura e sua identidade. Portanto, o camponês é um homem livre para fazer o que bem entende com sua terra, mas sempre dentro das normas posta pela sociedade que o cerca. Sobre cultura camponesa, Duarte (2001, p. 125), assim comenta:

Em nossa concepção, entendemos por cultura camponesa as manifestações

populares surgidas na existência dos camponeses, refletindo e orientando o caráter singular desta classe. É uma cultura popular específica de uma classe subordinada. Neste sentido, estamos vinculando a cultura camponesa com as lutas de classes.

A classe trabalhadora no campo (os camponeses) tem o objetivo da busca da terra sonhada, muitas das vezes esse sonho é uma utopia. Carvalho (2005), fala que essa utopia camponesa tem sido tratada de várias maneiras, e freqüentemente de uma maneira negativa, porque este sonho é interrompido no meio do caminho, pois a terra sonhada pode estar longe de seus olhos. O autor ressalta que no Brasil, existe um debate sobre classe operária, partido político, movimento social. Esta utopia pode ser um elemento dinâmico da história e não um elemento conservador ou reacionário ou contra- revolucionário. Tradicionalmente, para os camponeses possuir uma determinada terra, eles têm que correr o risco de todos os tipos, pois o camponês nasce, cresce, vive e morre, mas sempre com o mesmo objetivo. Então, os camponeses passam por várias etapas na vida até chegar a uma cultura que prevalece o homem.

[...] O camponeses é o homem eterno, independente de toda cultura que se abriga nas cidades. Ele a precede, ele sobrevive a ela- criatura estúpida propagando a si mesma de geração em geração, restringida a apelos e atitudes vinculadas ao solo, alma mística, entendimento seco, astuto, que se apegua a assuntos práticos, origem e fonte inesgotável do sangue que, nas cidades, faz a história mundial. (CHEVITARESE, 2002, p. 27).

Falar do camponês e da sua relação com a natureza, também da preocupação com a busca da terra sonhada, é estar falando do campesinato, que englobam todos os temas relacionados ao camponês, porque abrange uma discussão que envolve a terra, suas lutas e conquistas. Shanin (1976, p. 238/263) assim comenta:

[...] No entanto a sociedade e a cultura camponesa tem alguma coisa de genérica, que é um tipo de arranjo de pessoas com algumas semelhanças em todo o mundo”. [...] a relação do camponês com a terra se assenta nas raízes características da economia camponesa. Assim, a terra é objeto de posse definido tradicionalmente e não necessariamente objeto de posse legal.

Existem outros autores, como Fernandes (2005), que faz uma consideração abrangendo o camponês de forma simples, mostrando a sua trajetória, em que os camponeses são produtores que trabalham na terra com a sua família para não cair no mundo capitalista,

ou seja, para não ser um assalariado. Pois na concepção desse autor, uma vez assalariado deixa de ser camponês.

Consideramos camponeses citricultores, os produtores familiares que utilizam predominantemente o trabalho dos membros da família, cuja utilização tem que ser maior que a dos trabalhadores assalariados, com exceção para os períodos de colheita. Consideramos citricultores capitalistas, evidentemente, os produtores familiares ou não que usam predominantemente o trabalho assalariado. (FERNANDES, 2005, p. 166).

Muita das vezes, o homem do campo em busca de sobrevivência, deixa de trabalhar nas suas terras para trabalhar nas grandes fazendas, quando as mulheres e os filhos tomam conta das terras até os homens voltarem. Duarte (2001, p. 114), ressalva que tornou-se comum tratar o camponês como um marginalizado econômica e socialmente, como um excluído da História.

O campesinato pode ser caracterizado como a forma e maneira simples de viver do camponês, pois eles estão preocupados em sobreviver através do cultivo da terra e junto vem a preocupação da preservação da terra. Portanto, o campesinato de forma geral está preocupado com a terra e com as condições que eles vão trabalhar como fala Guzmán (2000, p. 11).

O campesinato é a forma de manejo da natureza que na co-evolução social e ecológica gerou cosmovisões específicas (quer dizer, uma forma de vida resultado de uma interpretação da relação homem natureza que estabelece a articulação de elementos para um uso múltiplo da natureza) mediante as quais desenvolve processos de produção e reprodução sociais, culturais e econômicos sustentáveis ao manter as bases bióticas e identitárias implicadas no mesmo.

Portanto, o camponês é uma classe de trabalhadores que vivem em pequenas partes de terra, onde tiram o seu próprio sustento e trabalham com suas famílias, e muitas das vezes conseguem até vender alguns mantimentos para suprir outros alimentos que faltam, como mostra Duarte, (2001, p. 122).

[...] O campesinato como uma classe subordinada constituída por trabalhadores que, de posse de seus meios de produção, cultivam a terra com base no trabalho familiar, mantendo um vínculo parcial com o mercado e que possuem uma cultura e formas

de organização específicas, diretamente ligadas ao meio de vida rural.

Mas tem outros autores que pensam diferentemente. Chevitarese (2002) por sua vez, afirma que o termo “campesinato” é noção ampla demais, carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos. Afirma ainda ser um movimento de luta pela conquista em prol de uma identidade, que busca seus objetivos que, muitas das vezes, são utópicas, porém são estas utopias que os fortalecem em prol de uma sobrevivência melhor no mundo capitalista.

Sobre a caracterização camponesa como capitalista, Carvalho (2005, p. 171) afirma:

O campesinato, enquanto unidade da diversidade camponesa, constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser de viver que lhe são próprios, não se caracterizando como capitalista, ainda que inserido na economia capitalista.

Shanin (1976) mostra que dentro de um contexto histórico mais amplo, o campesinato constitui um grupo social distinto, que delimitou o estágio de desenvolvimento da sociedade humana, quando o campesinato caracterizou um período histórico de uma sociedade de pequenos produtores.

Pode-se dizer que o termo campesinato aplica-se a um conceito utilizado em várias partes do mundo, onde sempre criou formas de resistência na luta pelo seu objetivo, que é cuidar de um pedaço de terra para a sua sobrevivência.

No campesinato, mesmo que se busque alguma outra forma de sobrevivência sempre predominou o trabalho familiar, como mostra Fernandes, (2008, p. 167).

[...] Portanto, definimos campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente. [...] A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. [...] Neste sentido, a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc.

No campesinato, é constante a presença de trabalhos comunitários, tendo a produção como principal referência. No entanto, pode haver certas diferenças camponesas de uma sociedade para outra.

O termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo [...]. Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da autonomia parcial de seu caráter social. (SHANIN, 2005, p. 18).

Percebe-se que o campesinato está presente na história, como mostra Carvalho (2005), ao afirmar que o campesinato aparece na revolução burguesa, na medida em que ele está lutando para preservar e conquistar a terra, isto é, para redefinir a sua situação em face das transformações da sociedade. No segundo momento, o campesinato está presente em praticamente todas as revoluções socialistas e a sua luta continua sendo para conquistar ou preservar a terra. De acordo com o autor, em vários momentos e situações, o campesinato se torna uma força social importante, revolucionária, no contexto do movimento que provoca a transição para o socialismo.

Para Castells (1999), dentro da classe camponesa existem aqueles que não aceitam os processos de exploração econômica e de dominação política, que a classe dominante capitalista construiu, de certa forma, uma identidade destinada à resistência. Por outro lado, existem camponeses que se sujeitam a qualquer imposição dos grupos dominantes, pois eles não sabem se impor, não reivindicam e apenas aceitam de forma acomodada as condições de inferioridade.

Também falando sobre os camponeses que se organizam e lutam por melhores condições de vida, Ianni apud Carvalho (2005, p. 193) assim afirma:

[...] esse campesinato que aparece ser disperso, atomizado, que esta vivendo as suas condições de vida e trabalho, esse campesinato é um fermento da história, é um ingrediente das lutas sociais. As suas lutas, as suas reivindicações entram no movimento da história. Então, se coloca o problema de que o campesinato além de ser constituído de pequenos produtores, sítiantes, posseiros, colonos ou o que seja, além de lutarem pela terra, além de querer a posse e uso da terra e uma certa apropriação do produto do trabalho, o campesinato representa um modo de vida, um modo de organizar a vida, uma cultura, uma visão da realidade.

O processo de transformação do espaço rural que se desencadeou com a modernização no campo e um modelo desenvolvimentista no Brasil, e também no avanço das forças produtivas, aconteceu sobre o espaço do campesinato.

Partindo da hipótese de que o campesinato constitui-se no encontro de pessoas de várias partes do Brasil e de diversas personalidades, Wanderley (1996) fala da trajetória do desenvolvimento histórico no Brasil, entre mudança e permanência, principalmente na luta pela um pedaço de terra, e com isto tornando as lutas permanentes.

Também falando de campesinato, Moura (1986, p.13) fala da existência de diferentes conceituações.

Há autores que distinguem camponês do pequeno produtor. Enquanto o conceito de camponês para eles é vago e indefinido, [...] Argumentam que o pequeno produtor é o ator fundamental da produção mercantil simples, que procede a produção mercantil ampliada; esta, por sua vez caracteriza o capitalismo.

Esses camponeses que vivem em busca de melhoria de vida, contribuem de maneira especial para um processo histórico, e na transformação da região onde mora com seu grupo. Esses camponeses arriscam suas vidas para garantir as reivindicações dos direitos à terra e para melhor compreender esse processo, os mesmos têm o objetivo de igualá-lo com outra sociedade, e valorizando as culturas e as lutas sociais no campo. Portanto, Santos (1991, p. 19),

Alguns textos destacam a produção social [...] entre grupos de trabalhadores rurais e de camponeses, até mesmo uma possível ‘utopia camponesa’, procurando retomar as relações entre classe social e consciência de classe em tais grupos, e revalorizar as dimensões culturais presentes nos fenômenos das lutas sociais no campo.

Falando do campesinato brasileiro, ressaltando que os pensadores políticos têm ignorados essa questão, como Moura (1986, p. 51) afirma que “a luta camponesa no Brasil tem sido freqüentemente ignorada, o que tornam muitos ativistas e pensadores políticos uma espécie de observadores envergonhados do campesinato brasileiro”, ignorando sua identidade.

Sobre essa cultura e sua identidade é que será assunto do próximo tópico.

1.1 Na busca de uma identidade camponesa

Sobre a identidade camponesa, no contexto histórico, pode-se afirmar que é um tema muito complexo por apresentar traços de várias culturas em todo o mundo. Porque, em cada região, os camponeses têm a sua própria identidade. Falando desse tema, Fragoso (2002, p.117) ressalta: “Sem dúvida, seria factível apresentar uma identidade camponesa recorrendo a quadros explicativos excessivamente amplos”.

Para Tenfelde (1988), somente a partir da definição dos elementos constitutivos e essenciais da identidade grupal, é que é possível mostrar a conexão existente entre diferentes níveis e elementos, como gestos costumeiros, arte, cultura material.

A palavra identidade é definida de diversas formas, em que cada autor define o seu pensamento. Fenelon (1992) apresenta uma diferente concepção de cultura camponesa, ao afirmar que o modo de vida das classes trabalhadoras é que se define o campo de forças, em embates constantes, tornando-a cultura, assim entendida como espaço privilegiado para o entendimento das contradições colocadas no processo.

Falando da construção de uma identidade, mediante o encontro de culturas diferentes, que aos poucos modificam, Seyferth (1990, p. 79) afirma que “pode-se, no entanto, falar em assimilação e aculturação, no sentido de que as culturas originais dos imigrantes iam se transformando no contato com a sociedade brasileira ou que certos valores ideológicos iam desaparecendo.

Percebe-se que a identidade pode ter muitas definições ao trazer consigo a personalidade de uma pessoa, ou de uma sociedade, e assim fazendo de tudo um sujeito histórico, como mostra Diehl, (2002, p. 128): “a definição de identidade, via de regra, implica na fragmentação da personalidade identitária de um sujeito histórico, [...] Identidade é uma espécie de meta-discurso sobre experiências históricas de difícil apreensão empírico-histórica”.

Portanto, também falando da construção de identidades pelo encontro cultural com o outro, Delgado (2006, p. 61 e 62) assim define:

[...] s identidades podem ser renováveis e, na maior parte das vezes, encontram-se demarcadas pelo reconhecimento e pela constatação das diferenças. [...] a tendência predominante é a de destacar a consistência da identidade, e não a sua distinção. [...] Nesse sentido, as identidades, que são também representações, constituem-se através da polaridade eu/outro.

Mendras (1976), falando da necessidade de compreender a família camponesa, afirma que cada produto tem seu destino particular e nenhum pode substituir o outro, e que o grupo familiar e os membros que lhes compõem, ao mesmo tempo em que são produtores, são também consumidores, e pode dizer que o fato da terra, ser um ponto de economia do grupo, é também um meio de subsistência e não do capital.

Palacios (1987), denominando os camponeses de “cultivadores pobres livres”, afirma que mesmo que os camponeses continuem sendo cultivadores livres, buscando desenvolvimento para satisfazer a comunidade que pertence, buscando e melhorando a vida, faz com que tornam presentes nos novos métodos para ir à busca de novas terras e condições melhores para a sua comunidade.

Por conseguinte, Jollivet, (1974, p. 236) diz que os camponeses exigem de si um trabalho intensivo, para eles e para os membros da família.

Ele exige, com efeito, um trabalho intensivo, que só os membros da família se dispõem a aceitar; por outro lado, a multiplicidade de tarefas que ele implica requer muita leveza na organização do trabalho, da mesma forma que uma grande diversidade de competências. O camponês deve ser um artesão independente.

Falando da identidade camponesa, Rossato (2006, p. 4) comenta a relação social diferenciada que existe no campo e que constitui uma identidade camponesa.

A identidade camponesa se configura através do trabalho, das relações familiares e comunitárias e, neste caso, do envolvimento com os movimentos sociais. Estes elementos estão intimamente ligados ao apego pelos valores como a solidariedade e a honestidade e pela relação do cultivo da terra que marca de modo decisivo as formas de organizar a vida social no campo.

A identidade camponesa que foi e é um dos assuntos de grande repercussão, ainda não tem uma definição específica. De uma forma polêmica, Ciro Cardoso (1979, p. 51) coloca o camponês como um ser inútil desde o tempo do Egito faraônico até o tempo contemporâneo, afirmando ser esse assunto muito conceitual e ambíguo.

A noção de camponês é, possivelmente, uma das mais escorregadias que existem. [...] Como achar uma definição sintética que, sem cair numa generalidade tal que a torne inútil, possa aplicar-se ao mesmo tempo ao falar do Egito faraônico, aos camponeses da Idade Média, aos da França contemporânea, etc.?

As identidades podem ser construídas, desconstruídas e transformadas ao mesmo tempo, principalmente em tempos de globalização, como relata Hall (1998, p. 69), ao afirmar que “as identidades nacionais e outras identidades “locais” ou particularistas estão sendo reforçadas pela resistência à globalização. As identidades nacionais estão em declínio, mas novas identidades – híbridas – estão tomando seu lugar”.

Portanto, para o autor, a assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas, abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Falando sobre as dificuldades que muitos camponeses enfrentam quando se vêm obrigados a se adaptarem a outras culturas, quando são novamente assentados e ali criam nova identidade, Medeiros (2006, p. 282 e 283) assim descreve:

Criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses agricultores um esforço que perpassa sua condição de camponês. Entre erros e acertos uma nova territorialidade vai sendo construída. Muitos abandonam, desistem, vão para outros lares, mas há aqueles que ficam, resistem e começam a construir um território no qual as marcas de sua história vão sendo fixadas como marcas de sua identidade.

Segundo o autor, quando o camponês perde sua referência anterior, ou seja, sua condição de pequeno proprietário, ou de arrendatário, ou mesmo sua relação com a terra, sofre um processo de desterritorialização. No entanto, na medida em que vai se constituir um novo território, este camponês passará por um novo processo de organização, irá manifestar as suas práticas, as suas experiências acumuladas em sua história de vida. Ficando claro, portanto, que a identidade camponesa não é perdida devido a um choque de cultura, ela ficará adormecida, mas de forma a manter viva a sua identidade.

Ainda segundo o autor, é preciso compreender a mobilidade camponesa na contemporaneidade, que se apresenta principalmente com a constituição dos movimentos sociais no campo, que mantém viva a “saga” de seus antepassados, encontrando um território para viver com dignidade, assim, fazendo desse território, um desafio dos camponeses para viver com qualidade e valores morais, reforçando cada vez mais a identidade, a família ou o grupo social.

Também falando da contribuição familiar na formação ética da identidade camponesa, Gaviria, (2009) diz que a qualidade das relações sociais, o papel da família, as concepções dos valores morais ligados à produção e ao consumo, em suma, todos aqueles elementos de identidade com a agricultura, são reforçados pela identidade com a ética.

Também dessa forma, assim estabelecendo um lugar de trabalho baseando na família, Bottomore, (2001, p. 42) afirma:

Argumentavam que o campesinato representava um modo de produção a parte, antagônico ao capitalismo. O “modo de produção camponês”, segundo esse ponto de vista, baseia-se na pequena produção de mercadorias, contendo apenas uma classe, e, portanto, caracteriza-se pela ausência de relações de exploração entre os próprios camponeses, cuja produção tem sua organização baseada na unidade familiar.

Na tentativa de definir a “cultura camponesa”, surge a necessidade de investigar a sua trajetória no decorrer dos anos, fazendo uma análise histórica do camponês também no Brasil, sendo um assunto bastante avassalador que engloba questões que marcam passagens importantes, pois a identidade camponesa do brasileiro foi construída no Brasil, recebendo influências de culturas diversas, algo que marcou época, que ocupou espaço e construiu história. Sobre o camponês e campesinato no Brasil será a discussão do próximo tópico.

1.2 Camponês e campesinato no Brasil

Percebe-se que o camponês, por ser uma figura importante na formação do território brasileiro como um todo, mostra seu descontentamento desde 1893, quando surgiu a Guerra de Canudos no interior da Bahia e, posteriormente espalhando revolta por vários pontos do país, cuja intenção principal era reivindicar uma vida melhor, com trabalho digno para sobreviver. Portanto, desde então, já existia problema agrário ou os “sem terra”.

[...] as questões sociais no campo, como a posse da terra e a imposição de poder, são históricas, vindo desde os quilombos, passando pelo messianismo de Canudos na Bahia e do Contestado no Sul, pelas Ligas Camponesas no Nordeste, Formoso, Porecatu até chegar à organização do MST, mostrando que a luta pela terra é uma reação também histórica usada pelos grupos excluídos. (OLIVEIRA, 2001, p. 18).

Falando sobre o camponês e campesinato no Brasil, Marques (2000) afirma que é

ao mesmo tempo lembrar as lutas no campo brasileiro. O conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorrem com outros conceitos, como os de pequena produção e agricultura familiar.

Pensando de forma parecida, Moura (2000, p. 60), diz que “o campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso a terra”.

Dessa forma, o campesinato brasileiro é marcado pela sua história de vida, onde inúmeros fatos mostram as lutas dos camponeses em diversas partes do Brasil. Marques (2000, p. 58) define o campesinato brasileiro como local marcado por desigualdades sociais e lutas de classe.

Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade.

Sabe-se que os imigrantes tiveram participação importante na formação do campesinato no Brasil; que esta migração está presente desde a metade do século XIX; e que estes imigrantes formaram uma sociedade campesina e que as migrações internas estão presentes na história de quase todas as famílias brasileiras, marcadas pelo avanço do capital sobre a terra, como Martins (1981, p. 17) descreve:

[...] o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses-posseiros é uma história de perambulação. A história dos camponeses proprietários do sul é uma história de migrações. Há cem anos, foram trazidos da Europa para o rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Há pouco mais de trinta anos deslocaram-se para as regiões novas do Paraná. Hoje, muitos estão migrando para Rondônia e Mato grosso. Tanto o deslocamento do posseiro, quanto o deslocamento do pequeno proprietário são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital sobre a terra.

Pode-se dizer que a história do campesinato no Brasil é entendida ou definida como parte da história de ocupação do Brasil pelos europeus, onde têm como registro as lutas

dos camponeses para conseguirem um pedaço de terra para sobreviver dentro dos limites e da produção que cultivava.

Os camponeses no Brasil vê o seu espaço tornar-se um lugar de precariedade, pois envolve ou desenvolve disputas entre classes, como ressalta Thompson (1987, p. 10):

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.

Portanto, o campesinato no Brasil tem suas características particulares, que ao longo de sua história constitui núcleos que sobre os quais foi instituído um amplo leque de disputas. Discorrendo sobre esse tema, Wanderley (1996, p. 10) relata: “refiro-me às lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família”.

Falando dos camponeses no Brasil, vale ressaltar que têm ao longo do século, o apego a terra. Vindo de diversas partes do Brasil se espalharam para os diversos estados federativos, formando o campesinato e às vezes tornando proprietário da terra, onde dentro da sua propriedade eles têm várias profissões, como artesãos, industriais, dentre outras, fazendo assim uma expansão capitalista. Assim, os camponeses mantêm uma ligação com a terra e com outra sociedade, baseando no estilo de vida. Sobre o campesinato brasileiro, Martins (1995, p. 179) discorre:

É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência a terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão.

Em contrapartida da constatação de que o camponês e a sua cultura poderão ser extintos, esses impõem a necessidade de sobrevivência adquirida através das lutas, sendo a classe camponesa no Brasil capaz de afrontar o modo capitalista, como afirma Duarte (2001, p.115):

O camponês continua sobrevivendo, continua afrontando a lógica de expansão do capitalismo. Continua desafiando as construções teóricas para interpretação de suas lutas, para a compreensão de suas relações sociais, de suas representações e de suas práticas políticas.

Mesmo assim, apesar de todas as controvérsias, a classes dos camponeses destacam-se na contribuição e na compreensão da cultura dos trabalhadores no Brasil, como uma categoria de trabalhadores conscientes. Como Hobsbawn (1998, p. 221) afirma, “uma plena ‘consciência de classe’ camponesa é concebível, na medida em que a diferenciação dentro do campesinato é secundária em relação às características comuns a todos os camponeses e os seus interesses comuns seja suficientemente claros”.

Dessa forma, torna-se necessário um estudo sobre os camponeses na atualidade, que será feito a seguir.

1.3 Os camponeses na atualidade

Os camponeses do Brasil, na atualidade, têm o mesmo objetivo que os camponeses tiveram no passado, que é lutar pelo acesso à terra, bem como pela permanência na terra. No passado, de acordo com Linhares e Silva (1999), os seus atores foram homens e mulheres, meros figurantes, que ocuparam a fronteira aberta, que povoaram o interior do País e alargaram os horizontes de um novo mundo, para que os camponeses pudessem plantar para a sua sobrevivência. Mas, apesar de sofreram algumas mudanças, no sentido de apoio técnico e financeiro, ao mesmo tempo sofreram várias desavenças, onde muitos perderam seu próprio chão, já que o modelo atual de produção exige investimentos tecnológicos fora do alcance do camponês familiar e da pequena propriedade.

Para o camponês que ainda vive na terra, o mais importante é o amor à terra e não o lucro. Os camponeses vivem do que a terra oferece para a sua sobrevivência, onde os recursos naturais lhe dão suporte para que tenham uma vida digna. Pensando dessa forma, Cardoso (2005, p. 170) afirma: “a produção social camponesa acontece porque eles não trabalham visando o lucro, apenas para o consumo ou para satisfazer a necessidade das famílias”.

Da mesma forma, também Duarte (2001) expressa que não vê o campesinato fadado ao desaparecimento, mas como um setor social com leis próprias de reprodução e

desenvolvimento. Levando-nos a considerar que a economia camponesa não é um sistema econômico necessariamente capitalista. Vê-se que a produção camponesa como uma unidade de base familiar regida por uma lei básica que consiste em um balanço efetuado entre a penúria do trabalho e o consumo, ou a satisfação das necessidades da família.

A racionalidade do camponês brasileiro propicia valores expressos sobre a forma de produzir, já que as características familiares projetam um sistema de vida diferenciado do modo capitalista, uma vez que o camponês tendo em mãos a terra que é o seu recurso, ele buscará a se identificar com o seu modo de vida, que é a simplicidade e doação, o contato direto com a terra e com as pessoas que lidam no dia a dia. Pensando assim, Carvalho (2005, p. 170) ressalta que “a reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família”. O autor afirma ainda que essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza como seres específicos no modo de ser e de viver.

E neste sistema, o camponês é influenciado pelo o novo modelo capitalista, e aonde de fato vem sendo o principal alvo do camponês. Portanto, a permanência na terra é que leva os camponeses a buscar alternativas de sobrevivência, para não ter que abrir mão do que faz parte de sua vida, que é a terra. Sendo assim, os camponeses necessitam de outros suportes para garantir um meio de sobreviver, e isto entra outro trabalho em propriedades vizinha, o que de certa forma o torna um trabalhador assalariado, como Oliveira (1997, p. 57 afirma:

Através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em trabalhador assalariado, recebendo salário por período de trabalho. Essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades.

A forma atual de luta pela terra, onde os camponeses ocupam de forma coletiva os latifúndios, além de estar correndo riscos de vida não pode continuar sendo a única forma de acesso a terra.

A ocupação da terra, o cortar da cerca, o acampamento não pode ser considerado o divisor de águas do campesinato. Na realidade, são habitus específicos a desenhar

ações diferenciadas na busca do mesmo sonho: um pedaço de chão [...] Na beira da estrada, na cozinha do fazendeiro, nas fileiras dos sindicatos, nas diversas parcerias na terra do outro. Enfim, fora e dentro da terra, a luta pulsa numa mesma direção: a terra de trabalho. (ALMEIDA, 2003, p. 27).

Sabendo que eles estão ali em busca de terra, muitos das vezes eles saem da terra natal a procura de condições melhores, deixando para trás valores sentimentais, ou seja, a saudade que fica para trás. Nesse sentido, Linhares (1921, p. 149) afirma:

[...] O abandono da terra natal, tornar-se-á doravante recorrente no imaginário popular brasileiro, quase sempre dando conta de sentimentos contraditórios, saudade/adversidade, necessidade de ir/vontade de ficar, exprimindo a difícil decisão de milhões de homens e mulheres que se decidiam, enfim, por partir. O bem, o último bem, um punhado de terra, já não vale mais as agruras vividas; as condições gerais asfixiam a pequena propriedade.

No entanto, os camponeses na atualidade visam estabelecer o objetivo que é conquistar e permanecer na terra, utilizando todos os recursos que ela oferece. Atualmente os camponeses tem se organizado coletivamente em todo o Brasil, na luta pela terra, formando movimentos camponeses. O principal movimento camponês, conhecido nacional e internacionalmente, é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que é um movimento que tem como objetivo principal lutar pela reforma agrária. No entanto, o MST tem também como bandeira de luta o acesso à educação de qualidade, à saúde, dentre outros. O MST quer o camponês como ser atuante na história do país, participando das decisões de interesses sócio-político-culturais do país. De acordo com Fernandes (2005, p. 76), o MST é um dos movimentos de camponeses mais modernos, que significa o rompimento com partido político e outros órgãos.

O MST desde sua fundação manteve autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para citar somente as três mais expressivas. Todavia, é fundamental lembrar que o MST também contribuiu com a formação dessas instituições.

Cada um desses movimentos de camponeses visa estabelecer uma característica, pois cada qual tem a sua finalidade, no entanto todos reivindicam sua participação nos espaços político e também contribuem para a compreensão em defesa dos camponeses.

A modernização do campo e da cidade começava a se manifestar de uma forma

desigual ao modelo do camponês, e isto só fez com que agravasse o processo de permanência na terra, pois o novo sistema de produção estava chegando de maneira onde visava somente à lucratividade e o modelo capitalista e impondo novo regime ao homem do campo. Portanto os camponeses têm como suporte ou, seja apoio do MST, dentre outros, por que o projeto é mostrar que os camponeses continuam existindo e quer mais além da posse da terra.

Os camponeses assentados vinculado ao MST demonstram que não querem somente terra. Mas, ao lutar pela terra desenvolvem resistência para continuar existindo num modo de produção adverso que não permite a sua existência. O seu projeto é continuar existindo enquanto camponês, mas existindo fora dos limites da subordinação que estão submetidos na produção capitalista. (FABRINI, 2002, p. 259).

Uma importante ação que os camponeses costumam fazer desde muito tempo é a forma que eles se organizam para ajudar o próximo, e não negando o seu passado, como Caldart, (2000, p. 225) afirma:

[...] Isto implica até mesmo em recuperar certas tradições alimentares do campo, assim como em cultivar alguns traços de valorização da família e da vida comunitária que permitam que as experiências de cooperação agrícola, por exemplo, desenvolvam-se entrelaçadas a padrões culturais já existentes.

Um exemplo típico e próximo é o cultivo pelos camponeses do milho crioulo, prática realizada pelos camponeses no Estado de Goiás, que será instrumento de estudo no próximo tópico.

1.4 Camponês e campesinato em Goiás

A atividade camponesa em Goiás acompanha o processo histórico de ocupação econômica do Estado, que teve início desde o período da mineração. Além da mineração que trouxe vários trabalhadores para Goiás, houve também outros momentos que ocasionaram intensas migrações de trabalhadores de outros Estados. Silva (2002, p. 19), relata que “vários trabalhadores de outros Estados caminharam para Goiás com o claro objetivo de conseguir um pedaço de terra”.

E assim, pode expressar que Goiás é um dos Estados que mais recebeu migrantes, conforme fala Duarte (2001, p. 127):

[...] Goiás passou por vários “surto de progresso”, que proporcionaram o surgimento de intensos fluxos migratórios. Um deles foi com a chegada da estrada de ferro, ligando o Estado aos centros mais desenvolvidos do país. Com isso Goiás recebeu grandes contingentes populacionais, principalmente de Minas Gerais e de São Paulo, que vinham em busca de terra para trabalhar.

Além dos surtos de progresso que trouxeram muitas pessoas para Goiás, tem-se como destaque para a classe camponesa no Estado, vários movimentos de camponeses, que de forma organizada obtiveram destaque regional, ou mesmo nacional. Em Goiás destacaram-se no início do século XX: o movimento de Santa Dica, no município de Pirinópolis; a revolta camponesa de Formosa e Trombas, hoje faz parte da região de Uruaçu, que ocorreu nas décadas de 1940 a 1960, cujo líder principal era José Porfírio; o movimento de luta pela baixa do arrendamento da terra, que aconteceu no município de Itauçu, o qual tinha como principal líder o camponês Sebastião Bailão.

Pessoa (1999, p. 59) ressalta que “a história de Formoso e Trombas, ainda hoje, é imprescindível em estudos acadêmicos sobre o movimento social rural em Goiás”. Esse movimento começou quando posseiros que estavam produzindo em terras devolutas na região de Uruaçu, no Norte de Goiás, receberam ordens judiciais para desocupar suas posses.

Também falando sobre esse movimento camponês, Duarte (1998, p. 164) afirma:

Nestas duas localidades, que na época eram vilas pertencentes ao município de Uruaçu, existiam enormes áreas de terras devolutas, que foram, inicialmente, ocupadas por posseiros. Com a construção da estrada de rodagem Transbrasiliana, em 1948, estas terras foram valorizadas e atraíram o fluxo migratório de outros estados, principalmente de Minas Gerais.

O autor comenta também sobre o movimento de camponeses que aconteceu no município de Itauçu, onde fundaram uma associação camponesa. Esse movimento que chegou a apoiar os camponeses de Formoso e Trombas tinha como objetivo lutar dentro da legalidade contra a exploração que os latifundiários exerciam contra os camponeses. Sobre esse movimento, Duarte (1998, p. 170 e 171) assim relata:

[...] Diante dessa situação, os trabalhadores fundaram suas associações. Uma das mais duradouras e atuantes foi a Associação Rural de Itauçu, fundada em 1956. Essa associação congregava arrendatários, parceiros e pequenos proprietários. Suas bandeiras principais eram a luta pela “baixa do arrendo” e a conscientização do trabalhador. Esta associação, por estar localizada mais próxima da capital, exerceu

um importante papel no apoio às lutas pela terra, que estavam ocorrendo no centro e no norte do estado. Esse apoio foi principalmente ao movimento de Formoso e Trombas.

Atualmente, um importante aliado dos camponeses na luta pela reforma agrária em Goiás, é o MST da Comissão Pastoral da Terra. No entanto, não pode desconsiderar a atuação de diversos outros movimentos de camponeses, que mesmo com menor expressão exerce sua força de atuação.

Da mesma forma, existem diversas entidades civis e religiosas que prestam importante apoio à luta dos camponeses em Goiás. Destaca-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade da Igreja Católica; a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Existem diversas outras entidades e movimentos que visam ajudar no desenvolvimento do campesinato brasileiro, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento dos Atingidos por Barragens (MBA), dentre outros.

Foi a partir da década de 1980 que os camponeses no Brasil e em Goiás, intensificaram o processo de ocupação coletiva de latifúndios improdutivos, reivindicando sua desapropriação para a reforma agrária.

Como resultado desse tipo de luta camponesa, surgiu várias acampamentos de camponeses sem terra que se transformaram em assentamentos de reforma agrária em diversas regiões do Estado de Goiás. Sendo pioneiros nessa luta os movimentos que aconteceram na fazenda Serra Branca, em Itapuranga, na fazenda Estiva em Goiás-GO, e nas fazendas Pedregulho e Rio Paraíso, em Jataí.

O primeiro assentamento no município de Goiás aconteceu com a resistência de expulsão de posseiros na Fazenda São João do Bugre. Porém, o primeiro assentamento resultante de ocupação de latifúndio foi o P.A Mosquito, no ano de 1986. Atualmente, o município de Goiás possui 22 assentamentos de reforma agrária, tornando um dos municípios goianos com o maior número de assentamentos rurais. Sendo que o último assentamento a ser concretizado no município foi o P. A. Dom Tomás Balduino, no ano de 2005. Portanto, o município de Goiás é considerado importante em relação a número de assentamentos.

Não se pode esquecer que esses assentamentos tiveram apoio da CPT, que é composto por pessoas ligadas a Igreja Católica, sendo freis, padres, religiosas, leigos que são agentes da CPT regional, e agentes de outras pastorais ligadas à Diocese de Goiás. Todos eles

fizeram e fazem parte de um processo que contribuem para o desenvolvimento dos assentados.

Dentre os 22 assentamentos de reforma agrária que existem no município de Goiás, alguns praticam atividades agrícolas que não tem como principal objetivo o lucro. Como exemplo, cita-se o cultivo do milho crioulo, praticado no assentamento P.A. Rancho Grande, que tem como principal objetivo o resgate de uma cultura camponesa, onde colhem um produto que não possui ligação com as empresas multinacionais do modo capitalista de produção.

No entanto, antes de falar do milho crioulo no P.A. Rancho Grande, torna-se necessário discorrer sobre “o milho”, esse produto agrícola que exerce importante papel para a humanidade, que sobre o qual será tratado a seguir.

2 A GÊNESE DA CULTURA DO MILHO

O milho foi descoberto no mundo há milhares de anos e vem acompanhando o homem ao longo do tempo. Talvez a sua origem possa ser encontrada no México no tempo pré-colombiano, e espalhando por outras partes do mundo. Pesquisas mostram que as civilizações dos astecas, dos incas e dos maias, alimentavam do milho, mas também o milho fazia parte de sua religião, ou seja, para eles o milho era uma planta sagrada. Portanto, o milho é um dos alimentos mais importantes que já foram descobertos no mundo. Sobre o milho, Lerayer (2006, p. 4) afirma:

Na época do descobrimento das Américas, o milho era o alimento base de todas as civilizações do continente. Das mais de 300 raças de milho identificadas no mundo, praticamente todas tiveram sua origem direta ou indireta nos trabalhos pioneiros dessas civilizações pré-colombianas. Em 1493, quando retornou à Europa, Cristóvão Colombo levou consigo variedades de grãos de milho. No final do século seguinte, o milho já se encontrava estabelecido em todos os continentes, nos mais variados ambientes e climas.

Ainda segundo a autora, o milho é o terceiro cereal cultivado no planeta, é uma espécie da família das gramíneas sendo o único cereal nativo do Novo Mundo, sendo que a mais antiga espiga de milho teria sido encontrada no vale do Tehucan, na região onde hoje se localiza o México, datada de 7.000 a.C. O Teosinte ou “alimento dos deuses” como era chamado pelos maias, deu origem ao milho por meio de um processo de seleção artificial (feito pelo homem).

A cultura do milho está espalhada numa vasta região do globo, em altitudes que vão desde o nível do mar até 3 mil metros de altitude. Portanto, o milho não é nativo do Brasil, mas pode-se dizer que o México e Guatemala são os descobridores do milho como relata Lerayer (2006, p. 4).

[...] é importante ressaltar que não somos o centro de origem dessa cultura, como, equivocadamente, muitos podem imaginar. Apenas o México e a Guatemala são considerados países que deram origem ao milho que conhecemos hoje. [...] O Teosinte ainda é encontrado na América Central. Ao longo do tempo, o homem promoveu uma crescente domesticação do milho por meio da seleção visual no campo, considerando importantes características, tais como produtividade, resistência a doenças e capacidade de adaptação, dentre outras, dando origem às variedades hoje conhecidas.

Ainda segundo a autora, o homem passou a selecionar variações genéticas de sementes do milho para plantar no ano seguinte e dando origem ao milho domesticado que temos hoje, e assim fazendo todos os anos, obtendo novas sementes para uma plantação, tornando assim uma plantação mais saudável.

O milho é fundamental para a população, desde os primórdios, por ser um alimento tanto dos humanos como dos animais. Barghini (2004) fala que o milho é sem dúvida, uma planta selecionada pelo homem, e não conseguia ter sobrevivido sem a sua ajuda. Portanto, o milho vem fazendo diferença na vida do ser humano, mas o milho é uma planta, como Barghini (2004, p. 20) afirma,

O milho é uma gramínea anual, monóica, alógama, que segue o caminho fotossintético C₄, desenvolve grandes folhas alternadas e pode atingir, dependendo da raça, de 50 a 500 cm de altura. O grão do milho é uma cariopse, ou fruto seco, que contém uma única semente dentro do invólucro do fruto.

Em sua fase da domesticação o milho era de grãos e cascas diferentes, conforme afirma, Lerayer (2006, p. 5), [...] “alterações importantes que ocorreram ao longo da domesticação do milho, que passou de uma gramínea com espigas de poucos grãos cobertos com uma casca dura até o milho moderno com grãos maiores descobertos e presos ao sabugo”.

O milho era o alimento mais importante das civilizações Astecas, Incas e os Maias ao longo dos séculos. Assim, no século XVI com as grandes navegações e o início do processo da colonização da América, o milho se expandiu para outras partes do mundo e em especial para o Brasil. A segunda metade do século XVIII marcou fortemente o surgimento da agricultura no Brasil, o milho despontando como um dos cereais mais importante até o meados do século XX.

Desde os primórdios, os homens viviam da caça, da pesca da coleta de frutos e raízes silvestres, vivendo em grupos sem destinos certo, migravam de um lugar para outro, onde a natureza oferecia o seu sustento, que era o suficiente para sobrevivência de todos. Mas com a domesticação dos animais e de algumas plantas o homem teve a necessidade de procurar nova adaptação e assim buscando um lugar para se fixar sua moradia, e também de procurar novas formas de subsistência. Mas com o passar dos tempos o homem foi sentindo a necessidade de se identificar com alguma região e começou então a procurar novas formas de

se adaptarem e se estalarem. Portanto, com esta nova forma de vida aos poucos o homem foi aperfeiçoando seletivamente pela própria domesticação.

Pensando na origem do milho, ou em busca do surgimento do milho, existem diversas lendas a respeito. Para cada população tem uma história, e assim tendo no milho uma inspiração de várias lendas, como a de um velho índio guerreiro, chamado Nhara que morreu e no lugar onde ele foi enterrado nasceu muitos pés de milhos, e que este milho era o milho crioulo.

Falando sobre a domesticação de animais e plantas, Cardoso (1992, p.37 e 38) afirma que o milho data de milhares de anos e foi encontrado numa pequena ilha perto do litoral do México.

No caso da América, a domesticação de plantas foi incomparavelmente mais rica do que a de animais- quiçá pela ausência, na fauna holocena americana, de grandes mamíferos domésticos [...] a Meso- América, a partir de 7000 a.C. aproximadamente, e tendo como domesticações principais o milho, o feijão, a pimenta, a cabaça, o cacau, uma espécie comestível de cão e o peru; Sempre em forma simplificada, podemos dizer que o Neolítico americano, ao difundir-se a partir dos seus focos, originou duas grandes tradições agrícolas: uma baseada na semeadura, colheita e armazenamento de grãos de cereais e leguminosas.

Ainda segundo o autor a agricultura ganhou formas variadas no continente americano, pois melhor quem ganhou foi o meio ambiente por ser natural e cultural, porém, deu origem ao sistema agrário porque a agricultura era ainda primitiva e mudava de um lugar para o outro e não usava nenhuma tecnologia, pois os grupos que habitavam a terra eram caçadores e coletores.

O milho foi uma das plantas que mais deu resultado, com um notável aumento de produção dando início da agricultura de subsistência. Assim Cardoso (1992, p.41) ressalta:

[...] certas plantas não respondem as tentativas de domesticação com qualquer efeito multiplicador drástico sobre os recursos disponíveis para a alimentação, enquanto outras- como o milho-, ao serem domesticadas e aos poucos aperfeiçoadas seletivamente pela própria domesticação (no caso do milho isto provocou muito notável aumento das espigas, por exemplo), permitem finalmente uma verdadeira “explosão”, um aumento espetacular e exponencial dos recursos disponíveis. Para explicar o surgimento e desenvolvimento da agricultura.

Além do milho o homem domesticou também a mandioca, banana e batata e entre outras. Porém, o milho é um dos alimentos domesticado pelo homem que possui mais características nutricionais.

2.1 Características nutricionais e propriedades do milho

Ao caracterizar o milho como fonte de nutrição, Barghini (2004, p. 50) relata que “o milho imaturo possui características nutricionais bem diferentes do produto maduro, e será necessário analisá-las mais em detalhe, porque o uso do milho ainda imaturo representa uma das estratégias viáveis para evitar a limitação protéica”. Portanto, na sua fase de amadurecimento, a planta sofre algumas transformações por que ele está protegendo os grãos contra algumas doenças.

Muitos agricultores mantinham ao longo dos anos as sementes do milho crioulo nas suas propriedades, e muitas vezes o conhecimento das famílias era apenas resultado de experiência de vida, por isso utilizavam o milho como uma planta de horta, e assim era consumido verde, como Barghini, (2004, p. 32) relata:

A difusão do milho, as práticas culturais e os modos de uso não são perfeitamente conhecidas. Alguns indícios nos levam a deduzir que fosse inicialmente utilizado principalmente como cultura de horta e consumido como milho verde [...] ou é possível que fosse usado como grão seco, moído, para preparar mingaus, ou polentas.

Consumido os grãos ainda verdes, os seus componentes são fáceis de ser digeridos, além de ser mais saborosos e ricos em nutrientes. No entanto, o milho, além de ser consumido verde, ele pode ser consumido seco em pratos diversos da culinária. Assim, através do fubá fazem cuscuz, pães, bolos, entre outros. Do milho verde na culinária, é feito a pamonha, o creme de milho, entre outros. Além de sua utilização na produção de alimentos, o milho é utilizado na produção de óleo, remédios, bebidas destiladas. O milho é também utilizado na alimentação dos animais. Falando sobre o sabor do milho verde, Barghini, (2004, p. 51) afirma:

No uso do milho imaturo, a espiga é colhida ainda quando no ponto ceroso [...] e pode ser consumido diretamente, mantendo um sabor açucarado, já que os açucars ainda não se transformaram em amido. Nas civilizações atuais, o uso do milho imaturo se encontra amplamente difundido em toda a América do Sul, consumido diretamente, fervido, assado na brasa, ou transformado em outros produtos, por meio

de diferentes processos, como a pamonha, no Brasil, os tamales e os choclos, no mundo andino, os pães e as tortas feitos com milho imaturo raspado e amassado de tribos indígenas do Planalto Central.

Já no uso do milho maduro há uma diferença, ou seja, algumas restrições a respeito do seu uso. Assim, pode haver alguns componentes impróprios para o consumo humano, necessitando de alguns procedimentos para eliminar componentes tóxicos e melhorar a digestibilidade. A lavagem e sua colocação de molho na água são os dois processos mais comuns para reidratar os grãos. Assim, o milho tornou um dos alimentos mais importante do mundo.

Barghini (2004) afirma que o milho foi cultura que mais se destacou entre todas as culturas, foi aquela que mais impressionou os colonizadores, sendo a única planta citada por Cristóvão Colombo, em 16 de outubro de 1492, na ilha de Fernandina. A partir daí, todos ficaram curiosos para conhecer e escrever alguma coisa sobre o milho.

Além de tudo que foi apresentado do milho, dele também pode produzir diversas bebidas, como a “chicha,” que é uma bebida fermentada com médio ou elevado conteúdo alcoólico, obtida pela mastigação do milho ou da sua farinha. Mas na realidade, trata-se de apenas uma entre tantas bebidas produzidas, que teve uma transformação no decorrer dos anos.

2.2 A origem do milho no Brasil

Pouco se sabe da origem do milho no Brasil, mas há indícios que foram os índios americanos no período pré-colonial que domesticaram o milho e assim espalhando para o resto do mundo, através de viajantes que vinham em busca de novas terras e conhecer novas culturas. Mas, vários estudiosos acreditam e fazem algumas observações sobre o surgimento do milho no cenário brasileiro. Alguns estudos apontam para duas possibilidades da chegada deste cereal, que no princípio foi tão importante para a sociedade que aqui habitava como afirma Barghini (2004, p. 119):

Em primeiro lugar, poderia indicar que o escasso registro do milho nos primeiros séculos depende de um viés dos primeiros exploradores, cuja atividade concentrou-se ao longo da costa. Eles, portanto, teriam assinalado um domínio da mandioca porque o contato foi principalmente no litoral, onde esse cultígeno predomina. Em

segundo lugar, a presença do milho no sul e na faixa leste poderia ser, de um lado, uma influência do mundo andino, e do outro, uma influência da diáspora guarani, no período das missões.

A partir destes pressupostos, os índios que moravam aqui no Brasil já cultivavam os milhos “coloridos”, e também “selvagens”, portanto os índios plantavam antes da chegada dos colonizadores. Lerayer (2006, p. 5) relata que “a domesticação do milho, realizada por indígena, [...] foi tão intensa que o milho atualmente não sobrevive no campo sem a participação do homem”. Portanto, a domesticação do milho pelos índios foi ao longo do tempo aperfeiçoando mais a sua espécie, para ser consumido e se tornar um dos alimentos principais.

Os nativos passaram a consumir mais o milho, pois ele era saboroso, de fácil cultivo e servia de alimento, como expressa Barghini, (2004, p. 120): “O milho, nessas comunidades, oferecia sem dúvida um alimento de fácil disponibilidade, de sabor agradável, que não exigia infra-estrutura agrônômica nem cuidados no preparo, se consumido imaturo”.

Com o passar dos tempos o cultivo do milho foi se intensificando.

2.3 Sobre o milho em terras goianas

Alguns estudos feitos por pesquisadores mostram que no período pré-colonial o território ,onde, hoje que é o Estado de Goiás, era ocupado por uma população humana composta de caçadores e coletores, onde esses povos eram nômades, viviam exclusivamente do que a natureza oferecia. Portanto, alguns anos mais tarde aparecem novas formas de culturas, entre elas o cultivo do milho crioulo, como mostra Schmitz (1985, p. 4), quando afirma que esses povos [...]“já eram cultivadores de numerosas plantas, entre as quais se destaca o milho”. Percebe-se o quanto o milho foi importante para essa população, porque a atividade agrícola fazia parte de um segmento alimentar, como o autor também ressalta, afirmando que os grupos pré-coloniais extraíam o sustento nas atividades agrícolas, sem, entretanto, excluir a caça e a coleta de produtos naturais.

Mesmo após a chegada dos europeus no Brasil colonial, o milho ainda continuou sendo uma das principais fontes de alimentação. Com a penetração das expedições de bandeirantes no sertão goiano, aonde eles iam à busca de riquezas e também numa tentativa de aprisionar e escravizar os nativos dessa terra deparou com esta forma de cultivo, conforme relata Schmitz (1985, p. 31), “[...] Há também coincidências no material, na forma da aldeia e

nos cultivos; os cultivos registrados para os kayapó do sul são a batata doce, o inhame e o milho”.

No século XVIII, existiam expedições de bandeirantes que vinham do litoral para o sertão, tendo como objetivo de estar em busca de riquezas e de aprisionar índios. Os bandeirantes faziam longas viagens, e no seu percurso derrubavam parte de mata e plantavam roça de milho, onde muitas vezes ficavam a mercê da natureza, e outras vezes aos cuidados de nativos e um colonizador, como ressalta, Luz e Dayrell, (2000, p. 83):

Os bandeirantes também praticavam uma agricultura, que poderíamos chamar de “nômade”, que se assemelha àquela desenvolvida pelos índios no sertão. [...] De forma semelhante, os bandeirantes, em suas jornadas mais prolongadas, também “lançavam roças”, principalmente, de milho e feijão, no início do período das chuvas. Nessas, poderiam ficar alguns índios e um ou outro colono para os devidos cuidados agrícolas, embora, também pudessem ser entregues à própria sorte. [...] As grandes bandeiras podiam ser precedidas do envio de índios ou de grupos de vanguarda, enviados ao sertão para plantar lavouras e dar outras providências, pois, contingentes maiores teriam ainda mais dificuldade de assegurar sua sobrevivência apenas com os recursos naturais.

No Estado de Goiás, o milho foi uma das principais fontes de alimentação a partir do período colonial, sendo que o modelo da roça que era deixada muitas vezes por conta da natureza, foi se expandindo e anos depois, o que era uma agricultura nômade, passou a ser uma agricultura direcionada ao interesse da comercialização. Luz e Dayrell, (2000, p. 84) relata que “[...] logo as antigas roças no caminho de São Paulo a Minas Gerais e algumas, situadas já, no entanto das áreas de mineração, foram se expandindo e se multiplicando em um rendoso negócio”. Portanto, pode-se observar o quanto a cultura do milho foi importante para o Estado de Goiás, sendo depois da época do ouro uma das principais cultura numa propriedade.

No entanto, para que haja uma prática agrícola precisa-se de mão de obra para plantar, e com isto vieram pessoas de vários lugares para formar esta cultura. Como relata Neto (2002, p. 28): “Goiás povoou-se de populações migrantes que, em ondas sucessivas, habitaram e ocuparam o seu território – o antigo e o atual”. Falando ainda que a população de migrantes por muito tempo foi crescente em Goiás, principalmente recebendo migrantes vindos de Minas Gerais para ocupar a região do Mato Grosso Goiano, o autor afirma: “respondiam por mais de 70% da população migrante, aqui residente entre os anos de 1940 e 1960. Com a estabilização da fronteira agrícola, os fluxos foram diminuindo, mas ainda é

justo dizer que, hoje, Goiás, o sul da antiga capitania é 'mineiro'”.

Falando sobre o movimento de fronteira agrícola em Goiás e ao mesmo tempo sobre as fronteiras rígidas do estado, Estevão (1998, p. 65) relata:

As fronteiras não eram respeitadas. No extremo norte goiano, o “governo do Pará” chegou a abrir uma estrada em 1873 “para fazer descer boiadas do Maranhão e Goiás. A falta de controle da produção [...] por parte das autoridades goianas era tamanha que desconhecem-se dados precisos.

Nesta perspectiva, mesmo assim aconteceu o povoamento em Goiás que teve pelo menos três fatores contribuindo para tal, como relata Neto (2002, p. 28/ 29):

É impossível falar de povoamento sem falar dos fatores que o motivaram. Eles são muitos e variados, mas três deles se destacaram na contribuição para o povoamento e a ocupação do espaço goiano: a mineração no século XVIII, a atividade agropastoril- que apoiou a mineração, abastecendo as minas, e substituiu-a como principal atividade econômica – e os caminhos, os que abriram passagem no início e os que hoje dão sustentação à articulação espacial do território.

Ainda segundo o autor, o fator principal do povoamento de Goiás era e ainda é a atividade agropastoril. Mas que as fazendas nesse período produziam apenas o básico, como Neto (2002, p. 29) relata: “As fazendas, produzindo o básico – arroz, feijão, carne, farinha, rapadura, cachaça, algodão para fiar etc. – para o auto consumo e para a comercialização do excedente, são, em Goiás, o principal fator de povoamento e, direta ou indiretamente.”

Portanto, não pode esquecer que além da agricultura, a agropecuária trouxe pessoas de todos os lugares do Brasil para Goiás, e assim formando uma fronteira móvel, separando apenas por regiões. Neto (2002, p. 31) mostra que “[...] em qualquer quadrante geográfico de Goiás, o boi e a roça, símbolos eternos da vida agropastoril, estão presentes no cotidiano de cada goiano e a eles, para concluir, se devem a maior parcela do povoamento antigo e recente do Estado.”

Continuando a falar da migração em Goiás, no fim do século XIX, concentrou-se de pessoas de vários lugares, como afirma Estevão, (1998, p. 63): “No final do século XIX, Goiás configuravam um mosaico de diferenciadas “ilhas” de moradores no alongado território. a vasta superfície, ao garantir um espaço de fronteiras abertas voltado para a periferia de outras províncias”. Nesse período, a maior parte dos camponeses migrantes

concentrou em terras da região do Mato Grosso Goiano, fazendo com que as terras até então improdutivas tornassem produtivas. Segundo Borges (2000), o arroz foi o primeiro produto agrícola do Estado de Goiás a ser exportado e o segundo foi o milho que destacou, entre vários outros produtos.

2.4 O milho e a Revolução Verde

Percebe-se que através das mais diversas transformações e mudanças no meio rural, deram-se principalmente na tecnologia e aprimoramento no meio de produção, sendo a Revolução Verde que veio com um impacto grande transformar as culturas e aumentar a produção. No entanto, Josimo (2009, p. 8) relata que “a revolução verde, como um processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, concentrou renda, patrimônio e poder para a classe dominante e deixaram problemas, sofrimento e miséria para as maiorias pobres”. A Revolução Verde, que iniciou por volta de 1943, tinha como objetivo de contribuir para aumentar a produção, e assim facilitando a plantação para produzir mais e melhor. Argemiro Brum (1987, p.44) ressalta que

A chamada “Revolução Verde” foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes.

Portanto, a Revolução Verde é predominantemente uma invenção de novas práticas agrícola, como Josimo (2009, p. 9) relembra: “com essas tecnologias prometem aumentar a produção agrícola, acabar com a fome e facilitar a vida e o trabalho dos agricultores”. Assim, as sementes que vieram permitir que aumentasse a produção, principalmente em países menos desenvolvidos, permitiram também problemas de desestabilização do meio ambiente e reduziu a diversidade genética das sementes. Shiva (2003, p.76) assim relata:

As “sementes milagrosas” da Revolução Verde tinham como objetivo libertar o agricultor indiano das restrições impostas pela natureza. Em vez disso, monoculturas em larga escala de variedades estrangeiras geraram uma nova vulnerabilidade ecológica com a redução da diversidade genética e a desestabilização dos sistemas

do solo e da água. A Revolução Verde levou a uma mudança das antigas rotações de culturas de cereais, sementes oleaginosas e legumes para uma rotação de arroz/trigo com insumos intensivos de irrigação e produtos químicos

Muitos agricultores perderam a tradição de produzir a sua própria semente, como era tradicionalmente feito. As novas tecnologias instigaram nos camponeses o instinto capitalista. “A revolução verde, com seus vários instrumentos ideológicos, mudou a cabeça dos pequenos agricultores”. Josimo (2009, p. 9) assim afirma: “a maioria dos pequenos agricultores abandonou a produção de subsistência achando que com o dinheiro que ganhariam com a produção [...] comprariam tudo o que precisavam para dentro de casa, inclusive alimentação”. No entanto, viram-se obrigados a adquirir todos os anos novas sementes híbridas. E assim, garantindo um desempenho maior na produção. Josimo (2009, p. 9/10) assim ressalta:

O longo período da revolução verde e da revolução biotecnológica, nas regiões onde elas se consolidaram em suas várias fases, provocou duas conseqüências diretas sobre o jeito de fazer agricultura dos camponeses, que conseguiram resistir na terra, rodeados pela avalanche deste modelo tecnológico controlado pelas multinacionais. Sendo a primeira- **Abandono da Produção de Subsistência**. A revolução verde, onde se implantou, destruiu a estrutura produtiva que dava base para a auto-sustentação dos pequenos agricultores e impôs uma estrutura produtiva voltada para a monocultura, que é a produção de um só produto e voltada para o mercado.

Portanto, fica claro que o pacote tecnológico aumenta a produção e produtividade, porém interferindo na cultura da classe camponesa. Por outro lado, o poder público utilizava dos meios de comunicação para divulgar o pacote tecnológico e tentar convencer os camponeses a mudar sem modo de produção.

Os governos e a burguesia através do rádio, televisão e jornais, das empresas de assistência técnica, das escolas, dos políticos capitalistas, colocaram na cabeça do povo uma falsa idéia de modernidade, que era abandonar a produção de subsistência e só produzir para o mercado, dependendo exclusivamente das grandes empresas. (JOSIMO, 2009, p. 10).

Este novo modelo de produção agrícola requer do homem somente a sua mão de obra para manusear alguns equipamentos que fazem a maior parte dos serviços. Os camponeses são levados também a comprarem insumos industriais em detrimento do abandono dos insumos orgânicos, como Shiva (2003, p.79) relata:

A agricultura moderna gira exclusivamente em torno da produção de mercadorias agrícolas. Toma o lugar dos sistemas de saber locais que vêem a agricultura como

a produção de diversas safras com insumos internos, substituindo essa diversidade por monocultores de variedades estrangeiras que precisam de insumos industriais externos.

O pacote tecnológico da Revolução Verde, ao implantar as sementes híbridas, por um lado garantiu desempenho maior na produção; por outro lado, degradou o meio ambiente, prejudicando a saúde humana com o uso intensivo de agrotóxicos. Outro problema foi o endividamento, uma vez que, através do impulso da Revolução Verde, teve mudança na produção agrícola com várias técnicas inovadoras, no entanto o produtor agrícola, além de ficarem dependentes de empresas multinacionais produtoras de sementes híbridas e de adubos químicos, também ficou dependente do sistema financeiro.

Nesta perspectiva, os agricultores se mantêm alienados com esse novo modelo agrícola e industrial, pois uma vez que o agricultor usa destas técnicas e produtos, ele torna-se dependente desta nova forma de produção. Assim, ele vai se afastando cada vez mais da agricultura de subsistência, utilizando as sementes híbridas e deixando-o de lado o milho crioulo. Já que em sua volta, existe todo um complexo agroindustrial, onde os menos favorecidos são direcionados aos sistemas financeiros e industriais, montantes e jusantes do império capitalista do agronegócio, onde ele financia toda a produção, visando somente lucros, como Brum (1988, p. 105/106) relata:

Na estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial, a agricultura ocupa uma posição desvantajosa e extremamente dependente. Foi reduzida a simples enclave, apêndice ou subsistema, esmagada e sugada, antes e depois, pelos dois sistemas de consórcios industriais, um em cada lado da agricultura no complexo agroindustrial. Dentro e acima deles, atua ainda o sistema financeiro, presente em todas as fases do processo, viabilizando, lubrificando e impulsionando os negócios e crescendo com velocidade, graças aos altos juros cobrados. O complexo agroindustrial é uma espécie de sanduíche econômico, no meio dos dois gigantes industriais, explorada, por ambos, sem poder sair dessa posição incômoda.

De acordo com autor, dentro das formas imposta pelos vários estilos de sistemas opressores no meio rural, o homem que vive do campo, uma vez usando deste método, se torna iludido e muitas vezes convencido a se integrar a este sistema e torna-se cúmplice do governo em questões políticas, onde prega por um país mais participativo no mundo dos negócios. Estava aberto o caminho para grandes empresas multinacionais se expandirem para países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, tornando ainda mais rica e poderosa. Brum (1988) afirma ainda que essas técnicas sirvam para substituir a agricultura tradicional por uma

agricultura mais modernizada, além de tudo as empresas fornecem ajuda para os fazendeiros, com o fornecimento de máquinas, insumos e tornando, assim, os produtos melhores e não podendo esquecer-se da facilidade dos financiamentos para esses processos de modernização.

E assim, tendo a frente do mundo do agronegócio, grandes empresas com influências políticas, a integração da chamada revolução verde, se tornava ainda mais uma realidade do novo modelo. Este era uma estratégia de visão da Fundação Rockefeller, como Brum (1988, p. 46) afirma:

Quanto ao Brasil, ainda em 1943 Nelson Rockefeller, então um dos chefes do poderoso grupo econômico, visitou o nosso país, ocasião em que fundou três empresas vinculadas ao grupo: a Cargill, ligada principalmente à comercialização internacional de cereais e à fabricação de rações; a Agrocere, destinada a pesquisas genéticas com o milho e produção de para a fabricação de equipamentos para a lavoura.

Dessa forma, o grande proprietário se aderiu a este novo padrão de agricultura, através dos cultivos das monoculturas, que iam adentrando sertão adentro, em busca de novas terras para o cultivo, e a cada dia, expulsava os pequenos proprietários e camponeses sem terra, para os centros comerciais, onde estes passavam de produtores para prestadores de serviços ao novo modelo, como Fernandes (2004, p.7) ressalta:

A sua sobrevivência não seria sinônimo de eficiência mas da superexploração a que está sujeita. A tendência é a dominação do campo pela cidade, do desenvolvimento agrícola pelo industrial. O próprio campo se industrializa e, nesse movimento, é a grande propriedade quem tem maior resistência, inclusive maiores condições de se industrializar.

Dessa forma, o camponês não perde somente a autonomia sobre a sua liberdade, mas também perde a sua saúde e até sua identidade, já que a maneira de cultivar era completamente diferente de seus métodos tradicionais, onde tudo que era usado fazia parte da natureza, enquanto no novo modelo, contêm produtos químicos, agrotóxicos e a mão de obra que era familiar, se transforma em assalariada dos agronegócios e das indústrias nas cidades.

Muitos camponeses não se inseriram na Revolução Verde, o que resiste são chamados de atrasados, por resistir a esse progresso. Alguns camponeses, conscientes do malefício da Revolução Verde, procuraram conservar e preservar esta cultura crioula e

também caipira, onde mantêm principalmente a tradição da semente crioula, como demonstra Josimo (2009, p. 10/11):

Mesmo sendo chamados de atrasados, inimigos do progresso e do modernismo teimaram em suas formas tradicionais de fazer agricultura e de criar animais. Resistiram de forma organizada, e mesmo de forma silenciosa, e ano após ano se tornaram os guardiões e as guardiãs das sementes crioulas. [...] Estes agricultores e agricultoras e estas regiões são de um valor incalculável, um patrimônio da resistência camponesa. Lá se preservaram cultura, sementes, mudas, variedades e raças de animais crioulas e caipiras, um patrimônio genético de grande valor para a humanidade, técnicas de manejo do solo e conhecimentos milenares muito importantes ao novo salto necessário para uma nova fase de desenvolvimento da agricultura camponesa.

Existe uma grande rivalidade entre os milhos crioulos e transgênicos, porém os camponeses se tornaram protagonista da história de preservar as sementes e animais sem contaminar com nenhum produto químico e nem alterar a genética, e assim os camponeses tornaram-se portadores de poder e sabedoria do conhecimento desse processo.

2.5 Milho transgênico x Milho crioulo

Pode-se afirmar que os transgênicos são ,de modo geral, vegetais ou animais modificados por uma genética feita em laboratórios, para conseguir melhor qualidade nos produtos. Alves (2004, p.4) relata que

A palavra transgênico é utilizada para designar um ser vivo que foi modificado geneticamente, recebendo um gene ou uma seqüência gênica de um ser vivo de espécie diferente. Para a execução de tal processo utiliza-se a tecnologia DNA recombinante. Como exemplos de transgênicos temos uma imensa gama de alimentos consumidos diariamente em diversos países sem que se tenha ciência dos processos de produção.

Sobre o processo de transgenia, Lagoa (2003) ressalta que os progressos realizados desde a obtenção das primeiras plantas transgênicas em 1984, fazem supor que o desenvolvimento de novos métodos de transferência de ADN, ou a otimização dos existentes associado à descoberta de novos genes marcadores, permitirão que a transformação genética venha a constituir um processo eficaz de melhoramento na agricultura do futuro.

Assim que os produtos são modificados, são implantados na agricultura, tornando um aumento na produção para os fazendeiros, camponeses e pequenos proprietários que acabam gastando menos. Como Guerrante (2003, p. 10) afirma:

A tecnologia do DNA recombinante trouxe a possibilidade de produzir plantas geneticamente modificadas para expressarem determinadas características de interesse. Nos vegetais, a modificação genética se dá por meio da inserção de um ou mais genes no genoma das sementes, de modo a fazer com que estas passem a produzir determinadas proteínas, responsáveis pela expressão de características do interesse do vegetal.

No entanto, na plantação o que mais é cultivado é o milho, porém ele movimentava um grande mercado, por que além de alimentos de consumo dos seres humanos, serve também como ração para todo tipo de animais e de matérias primas para outros produtos industrializados. No Brasil, por exemplo, são produzidos anualmente cerca de 30 milhões de toneladas de milho transgênico.

De acordo com Lagoa (2003), existem diversas técnicas para a transferência de DNA, sendo que as mais vulgares são: microinjeção, biolística, microbombardeamento e técnicas de transferência de DNA estranho para plantas. Portanto, através das modificações das plantas transgênicas, poderão surgir também novas pragas e outras plantas daninhas que têm resistência aos agrotóxicos, e que antes não existiam. Conforme relata Alves (2004, p. 8):

A geração de novas pragas e plantas daninhas- a modificação das plantas poderá levar ao surgimento de novas pragas uma vez que a nova planta passará a produzir substâncias nutritivas diferentes que levarão ao aparecimento de novos parasitas antes não existentes. Do mesmo modo, determinados genes podem passar através do pólen de uma transgênica para uma filogeneticamente relacionada, resultado numa espécie nociva ao meio ambiente.

No entanto, ocorrem casos de encontrar uma planta com outras variedades de transgênicos, pois muitas plantas cruzam com facilidade. Alves (2004) conta que um caso já conhecido ocorreu em 1996, quando os escoceses constataram que o pólen de uma variedade de canola transgênica poderia ser achado em um raio de dois quilômetros. A canola (*Brassica napus*) é da família de uma erva daninha, a *Brassica campestris*, sendo que as duas espécies cruzam com certa facilidade.

Para algumas sementes houve a necessidade de aberturas para novas culturas, entre elas em especial o milho, já que este é também uma cultura temporária onde se usa a

própria colheita. E com essas aberturas de novas plantações, fez com que as pessoas utilizavam os milhos transgênicos sem saber que eles trazem prejuízos sociais e ambientais, como Londres (2009, p. 8) afirma: “E o pior é que agora já estão chegando por aí essas sementes transgênicas. É tudo de ruim: mais veneno, mais contaminação, mais dependência e endividamento”.

Pode-se observar que cada vez mais está difícil de deixar de lado o milho transgênico e o híbrido, pois além de garantir uma boa colheita e produzir em qualquer terreno, grandes quantidades de agrotóxicos e fertilizantes garantem a melhor produção, tornando uma dependência desejável as grandes indústrias de produtos químicos destinados à agricultura.

Atrás dos aparentes objetivos generosos e humanitários da “Revolução Verde” ocultavam-se poderosos interesses econômicos. A “Revolução Verde” serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc. sem dúvida, uma forma inteligente de os grupos econômicos internacionais realizarem a expansão de suas empresas e de seus interesses com extraordinária rapidez e eficiência. (BRUM, 1987, p. 49).

Entretanto, de acordo com Londres (2009) as sementes crioulas são o contrário de tudo isso. Elas sempre estiveram com os agricultores. Sendo cultivadas e selecionadas ano após ano por nossas famílias, elas atendem às nossas necessidades e estão adaptadas às condições da nossa região e aos nossos sistemas de produção. E tudo isso sem precisar dos venenos e nem dos adubos químicos. As sementes do milho crioulo que suprem a necessidade dos camponeses, tanto em produção e também na preservação das sementes, é vista pelas indústrias como sendo um cultivo atrasado e ineficiente. No entanto, sendo uma semente praticamente nativa, ela não necessita de agrotóxicos e isto faz com que as indústrias químicas procurem cada vez mais fazer com que o agricultor procure mais os novos sistemas produtivos, deixando de lado o tradicional, já que, em termos financeiros, as indústrias perderiam um grande valor.

Por outro lado, as sementes crioulas, apesar de não serem iguais, há muitas variedades e são resistentes a doenças, como Londres (2003, p. 9): “As sementes crioulas não são todas iguaiszinhas como as sementes das empresas. Numa mesma variedade crioula, tem uma grande variação entre as sementes, e é isso o que dá mais resistência às pragas e doenças”.

E assim, fazendo com o que o milho crioulo seja utilizado nas plantações dos camponeses, é garantia de menos agrotóxicos no ambiente e menos riscos para a saúde dos camponeses. Portanto se usar apenas os adubos naturais que a natureza oferece além, de estimular o metabolismo das plantas, também os camponeses terão custos menores de produção. Percebe-se que o milho crioulo é mais saudável, no entanto, o seu cultivo é infinitamente inferior ao cultivo dos milhos híbridos que são utilizados os adubos químicos.

Foto 1: Foto de várias espécies de milho crioulo



Fonte – <http://WWW.institutoanima.org>

Na foto acima, percebe-se que as sementes crioulas não são todas iguais, como as sementes dos milhos híbridos e transgênicos. Portanto, na mesma variedade do milho crioulo, se percebe que tem uma grande variação de sementes. As sementes transgênicas e híbridas parecem ser todas iguais, os grãos são grandes e vistosos, porém à custa do uso de muitos produtos químicos.

Apesar de todos os malefícios e incertezas com o uso de produtos geneticamente modificados, os agricultores preferem os transgênicos por que a produtividade é maior e são de melhor aparência (Foto 2 e 3).

Foto 2 - Milho Transgênico



Fonte- [HTTP://www.agroin.com.br/novo/?p=view&id=3099](http://www.agroin.com.br/novo/?p=view&id=3099)

Foto 3 - Milho Híbrido



Fonte -<http://WWW.google.com.br/imgres?q=milho+hibridos&hl=pt>

Devido a novas doenças que estão surgindo e ao intensivo uso de agrotóxicos utilizados nas plantações, alguns camponeses estão preocupados em “resgatar” a cultura antiga, voltando a plantar o milho crioulo. No entanto, existe um perigo de contaminação destas, como mostra padre Josimo (2009, p.13):

Com o resgate das variedades crioulas a conservação da pureza genética das sementes requer atenção para que estas não sejam contaminadas com genes transgênicos. A liberação dos cultivos transgênicos é uma grande ameaça às comunidades tradicionais, provoca a perda da autonomia produtiva e coloca em risco a soberania alimentar dos povos. A massificação da produção de sementes crioulas é hoje a principal estratégia a ser adotada pelos camponeses e pelas

camponesas.

Pode-se dizer que o resgate de uso do milho crioulo nos assentamentos, é também uma preocupação com o meio ambiente. Quando se fala no “resgate” das sementes crioulas, a preocupação além de ambiental é também econômica, por ser de tecnologia de ponta as sementes transgênicas não são acessíveis aos pequenos produtores. Assim, Andrioli (2008, p. 131) ressalta que “com a produção de transgênicos, diminuem as chances para a agricultura familiar, pois esta possui pouco poder de investimento para acompanhar o assim chamado progresso tecnológico”.

Apesar de que os sistemas orgânicos de produção adotarem práticas que contemplam o uso saudável do solo, da água e do ar, de modo a reduzir as formas de contaminação e desperdícios desses elementos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, pode-se então dizer que a luta vai ser grande por parte dos pequenos agricultores, quanto às resistências ao uso de produtos químicos e sementes híbridas.

Muitos camponeses e pequenos proprietários estão resgatando as sementes crioulas como uma prática cultural, como resgate da história da humanidade, assim como relembra padre Josimo, (2009, p. 4):

As sementes crioulas fazem parte da vida dos povos desde a descoberta da agricultura. De forma coletiva descobriram técnicas e práticas que foram com eles evoluindo, entre elas o manejo das sementes crioulas. Na história das sementes está também a história da humanidade. [...] As sementes são herança deixada pelos antepassados e que cuidamos para as gerações futuras. É algo de grande valor para nós e por isso devem ser protegidas para usufruto de toda a humanidade.

Apesar de que as sementes do milho crioulo são herança deixada pelos antepassados, grande parte da população deixou essa cultura de lado, passando a utilizar de outras sementes que daria melhor lucro. Foi aí que começaram a plantar o milho híbrido e transgênico. Existe uma inter-relação entre as sementes crioulas e os componentes, como mostra Josimo, (2009, p. 4):

A continuidade da agricultura camponesa, forte, autônoma, dinâmica e diversificada, depende da capacidade do camponês e da camponesa em conhecer, resgatar e produzir com sementes crioulas, pois há uma relação direta entre ambos. Podemos dizer que as sementes crioulas dependem dos camponeses e das camponesas, assim como os camponeses e as camponesas dependem das sementes crioulas. E, esta relação de interdependência, permite a continuação de um campesinato forte, organizado e autônomo.

Josimo (2009) afirma também que todo o trabalho de resgate e preservação das sementes crioulas requer muita perseverança. Cabe lutar por um controle coletivo das sementes, construir mecanismos efetivos de segurança alimentar, partilhar informações e articular resistências. A transformação virá no tempo certo, pois a boa semente que cai em terra boa dá bons frutos. Uma surpresa bem preparada. A semente crioula é um sinal do Reino de Deus porque carrega a essência da vida. Assim, ao cultivar o milho crioulo os camponeses estão ganhando um presente por estar cultivando as sementes naturais, ajudando a preservar o planeta.

Ainda de acordo com o autor, nada melhor e mais nobre para o ser humano do que cuidar do habitat, da natureza que ganhamos de presente, e que é fundamental para a continuidade da vida, preservando as espécies e dando o equilíbrio ao planeta, para que ele seja sadio e harmonioso. Pois, para produzir sementes com qualidade, é importante recuperar a terra com matéria orgânica, (adubo orgânico e cobertura verde), matéria mineral (pó de rocha), e usar biofertilizantes produzidos na propriedade. Nunca usar produtos químicos e agrotóxicos.

Assim, no município de Goiás, têm-se os camponeses que estão em processo de resgate do milho crioulo. No entanto, no próximo capítulo será apresentado o município de Goiás e sua relação com esse campesinato.

3 O MUNICÍPIO DE GOIÁS E O CAMPESINATO

O território goiano passou por profundas transformações desde que iniciou o processo de colonização européia. Tornando-se um estado uma peça fundamental para a Marcha para o Oeste, como relata Duarte (2001, p. 127): “com a Marcha para o Oeste, política desenvolvida por Vargas, a partir de 1938, visando à ocupação dos vazios demográficos do Centro-Oeste, Goiás recebeu novamente os excedentes populacionais de outras regiões do país.”

Dentre os programas públicos de ocupação goiana, teve como fator principal nas imigrações para Goiás a Colônia Nacional Agrícola de Ceres (CANG). No entanto, as terras previstas para colonização não foram suficientes para a demanda de imigrantes.

As Colônias Agrícolas, então implantadas, propiciaram o crescimento de pequenas propriedades familiares, mas foram incapazes de absorver todo o fluxo migratório e de atender as promessas de doação de terras feitas pelo governo, grande parte dos imigrantes fixou-se nas grandes propriedades. Observou-se, então, a permanência do campesinato quase que na mesma situação em que se encontrava e a reprodução, principalmente, de meeiros, parceiros e agregados. (DUARTE, 2001, p. 127).

Segundo o autor, os vários “surtos” de desenvolvimento em Goiás proporcionaram a imigração de trabalhadores de diversas regiões do Brasil, formando uma sociedade mesclada de culturas regionais, uma incessante reelaboração cultural, com o surgimento de novas necessidades e com a incorporação de novos elementos culturais.

O município de Goiás, apesar de não fazer parte dos municípios de terras férteis desse segundo surto migratório, já era um município bastante habitado, devido a primeira ocupação migratória que ocorreu no período mineratório. E, com a decadência da mineração, os migrantes que aqui permaneceram dedicaram-se à prática da agropecuária.

O município está compreendido aproximadamente entre as coordenadas geográficas 15° 32' 04"/16° 52' 51" S e 49° 47' 43"/50° 39' 32" W, situado em uma cota média de 486 metros de altitude.

No entanto, o município tem algumas características que lhes são únicas, possuindo elementos que diferenciam de outros municípios do território goiano, e que são essenciais no sentido de orientação geográfica e espacial. Coelho (2007), falando dessas características destaca: foi o primeiro núcleo urbano a ser formado no Estado de Goiás,

sediando a maior mina de ouro de aluvião do país; é a única cidade que foi sede da Capitania dos Goyazes, na época em que o Brasil era colônia de Portugal; é a única cidade que foi capital da província em Goiás, no período que o Brasil era Império de Portugal; foi a primeira capital republicana do Estado de Goiás, sendo até hoje a única cidade ex-capital do estado; é a única cidade que sediou e ainda sedia o Festival Internacional do Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), o maior evento de cinema ambiental do Brasil; é a única cidade no Estado de Goiás que faz parte do acervo do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, título que recebeu da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); é a sede do município que possui o maior número de assentamentos rurais do estado; dentre outras.

No município de Goiás, talvez por este sediar a capital goiana por mais de dois séculos, culminou-se com a formação de famílias tradicionais do local, denominadas na época de coronéis, que formavam a elite da sociedade vilaboense. Com isso, mesmo após a transferência da capital para Goiânia, prevaleceu no município a existência de grandes latifundiários.

As transformações que ocorreram no campesinato goiano, ao longo do tempo, não refletiram muito no município de Goiás, devido este não possuir terras férteis para a prática da agricultura. Isso se deu tanto com o primeiro movimento de fronteira na primeira metade do século XX, quanto com o segundo movimento de fronteira agrícola, na ocupação do cerrado pela agricultura, a chamada revolução tecnológica no campo. Pois, a forma de relevo do município, bem como seu tipo de solo, não é propícia à prática da agricultura mecanizada.

No entanto, com a movimentação camponesa da década de 1980, após as cidades receberem um contingente de camponeses sem terras, esses decidem buscar novamente a Territorialização no campo, forçando a realização da reforma agrária. Foi quando os 22 latifúndios do município de Goiás se transformaram e 647 pequenas propriedades, através dos assentamentos de reforma agrária que foram criados no município de 1986 a 2005.

Nesta perspectiva, os camponeses desenvolveram uma característica particular, onde fizeram parte do acontecimento histórico do município de Goiás, mostrando que os camponeses formam uma cultura específica, que possui consciência política ao encontrar motivos e decidir pela luta por acesso à terra, formando campesinato em Goiás e consolidando uma classe social.

Portanto, os camponeses desenvolvem sua própria cultura, pois nas lutas e embates com forças que detinham o poder, os camponeses conseguiram seu objetivo principal. Hoje, muitos têm acesso a terra sonhada.

O Quadro 01 apresenta a espacialidade dos camponeses assentados no município de Goiás, destacando os respectivos assentamentos de reforma agrária.

Quadro 1 – Demonstrativo dos assentamentos de reforma agrária existente no município de Goiás.

Nº Ord.	NOME DO ASSENTAMENTO	Área	Famílias	Data obtenção	Data da criação
01	MOSQUITO	1.786,2397	43	6/ 3/1986	17/10/ 1986
02	SÃO JOÃO DO BUGRE	454, 8255	9	10/ 8/ 1987	25/4/1988
03	SÃO FILIPE	674, 4915	13	23/ 6/ 1989	3/9/1991
04	ACABA VIDA II	271, 8076	4	23/ 6/ 1989	3/ 9/ 1991
05	RETIRO	736, 4457	23	18/ 5/ 1991	3/ 9/ 1991
06	RANCHO GRANDE	800, 1473	21	23/ 6/ 1991	3/ 9/ 1991
07	SÃO CARLOS	5.711,8198	156	24/11/ 1993	6/ 2/1995
08	LAVRINHA	706, 7123	28	20/12/ 1993	6/ 2/1995
09	MATA DO BAÚ	1.561,0707	41	4/ 9/ 1995	9/ 4/ 1996
10	NOVO HORIZONTE	1.018,5037	22	8/ 2/ 1996	16/ 5/ 1996
11	PARAÍSO	1.278,8022	38	10/11/ 1995	14/ 10/1996
12	BURITI QUEIMADO	1.198,1491	26	21/ 5/ 1996	7/ 11/ 1996
13	UNIÃO BURITI	760, 6935	31	30/ 5/ 1996	14/ 11/1996
14	HOLANDA	1.347,0227	31	19/ 8/ 1996	30/ 12/1996
15	BOM SUCESSO	1.714,1569	30	2/ 7/ 1996	30/ 5/ 1997
16	BARATINHA	762, 8931	15	25/11/ 1996	2/ 10/ 1997
17	VILA BOA	793, 2248	13	6/ 9/ 1997	17/ 10/1997
18	ENGENHO VELHO	1.122,1655	30	16/ 5/ 1997	9/ 12/1997
19	VARJÃO	1.088,8791	19	8/ 10/ 1997	5/ 3/ 1998
20	MAGALI	423, 2522	8	9/ 10/ 1997	5/ 3/1998

21	SERRA DOURADA	239, 3928	15	DOAÇÃO	17/ 12/1999
22	DOM THOMAS	2.961, 3902	63	9/ 8/ 2004	21/ 6/ 2005

Fonte: Realidade e Conflitos no Campo Goiás 2010, (É uma responsabilidade da Coordenação Colegiada da CPT Regional Goiás)

Org.: José Gomes Teixeira Neto, Adilson Alves da Silva

No entanto, não é justo falar da questão agrária no município de Goiás, bem como da criação de todos esses assentamentos rurais de reforma agrária, sem destacar a importância da participação da Diocese de Goiás, no processo de mediação da luta camponesa, bem como na formação social do cidadão, que adquiriu consciência política em sua convivência e participação nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Além dos parceiros centrais, na luta pela posse da terra, os agentes pastorais das cidades que compõem a Diocese de Goiás, tendo como órgão de apoio constante nas organizações e lutas camponesas a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que lutam contra a desigualdade visando o bem estar da sociedade camponesa. Assim, o senhor Orélio (informação verbal)¹, relata: “A respeito das entidades que nos apoiaram foram os agentes pastorais da cidade de Goiás e também de outras cidades, juntamente com a CPT. O principal agente que nos apoiaram foi o bispo católico da época, que era Dom. Thomas Balduino”.

Entre os trabalhos desenvolvidos de apoio a classe dos camponeses do município de Goiás, além da Igreja Católica destaca-se outras entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG). Essas entidades sempre estiveram ao lado do camponês em seus momentos mais difíceis.

No próximo capítulo, será apresentado o P. A. Rancho Grande, que possui uma história de luta que ainda não terminou e que sobre a qual será tratado a seguir.

4 PROJETO DE ASSENTAMENTO RANCHO GRANDE

O Projeto de Assentamento Rancho Grande foi o 6º assentamento de Reforma Agrária a ser instalado no município de Goiás, sendo criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no dia 03 de setembro de 1991. Possui área total de 800, 1473 ha, distribuída entre 21 famílias regularmente assentadas e se localiza a 34 km distante da cidade de Goiás, às margens direita da rodovia GO-060, no sentido da cidade de Goiás-GO para a cidade de Jussara-GO.

De acordo com o senhor Orélio (informação verbal)¹, que é proprietário do lote 16 do referido assentamento, onde vive com sua esposa e filha, a história do assentamento iniciou através de um acampamento que surgiu às margens da rodovia BR-153, nas proximidades de Goiânia, no sentido a Anápolis, o qual reivindicava junto ao INCRA-GO a desapropriação da Fazenda Rio Vermelho e Vereda Bonita. Os acampados pensavam que por estar próximo ao INCRA-GO esse acelerasse o processo de desapropriação da área pretendida.

Após nove meses acampados à beira da rodovia, vendo que até então o INCRA não estava atendendo as reivindicações do movimento, foi sugerido por alguns acampados que era da cidade de Goiás-Go a ocupação de uma área no município de Goiás, onde eles sabiam que esse latifúndio não estava cumprindo a sua função social, ou seja, não estava produzindo. Foi quando no mês de agosto de 1987, 96 famílias ali acampadas decidiram ocupar a referida área e solicitar junto ao INCRA-GO a sua desapropriação.

Sendo assim, a fazenda que era de 165, 319 alqueires, ou seja, 800, 1473 ha, foi dividida em 21 parcelas e um núcleo urbano. Para o núcleo ficou uma área de 02 hectares e as 21 parcelas ficaram com área que variam de 05 alqueires e meios há 12 alqueires por que depende da localização do terreno. No P. A. Rancho Grande não existe reserva coletiva, não ficando também nenhuma área de Preservação Permanente (PP). Segundo informações obtidas no P.A. Rancho Grande, que no decorrer deste ano de 2011 o INCRA comprou uma área na região de Dorvelândia, destinada ao (PP), onde o mesmo não sabe qual é o local certo e nem a dimensão da área.

Ainda de acordo com informações do Sr. Orélio, como a área não comportava todas as famílias acampadas, daquelas 96 famílias que iniciaram o acampamento apenas 21 foram ali assentadas, sendo que 04 famílias foram transferidas para o P. A. Acaba Vida, 13

famílias foram para o P. A. São Filipe, e 06 famílias foram acolhidos no acampamento da fazenda Lebre, em Dorvelândia. As outras 52 famílias já haviam desistido durante o processo de ocupação, não suportando as dificuldades que é viver um longo período num acampamento, debaixo de lona preta.

Atualmente, no P. A. Rancho Grande, se encontra 21 famílias assentadas, sendo que dentre elas apenas 14 famílias participaram do processo pioneiro que resultou no assentamento; outras 06 famílias foram através de compra negociada com os antigos proprietários dos lotes e uma das 06 famílias que comprou a terra com autorização do INCRA e 01 recebeu a parcela através de herança; no P. A. Rancho Grande. Através do relato de uma compradora de uma parcela no P.A, Rancho Grande a senhora Maria Ieda Xavier, com seu esposo Antonio, mora desde 1995, e foi bem recebida por todos e faz parte da cooperativa de leite, e é da terra que eles tiram o seu sustento. Tem também o senhor Delcides (informações verbais), entrevista realizada em sua residência no P.A. Rancho Grande, outubro 2011 nos conta que “era um acampamento com família da diocese de Goiás e Goiânia e fim social o acampamento começou no dia 06/11/86, nº de família era mais ou menos umas 96 ou mais, que ficaram acampados durante nove meses, pressionando o INCRA para desaproprias duas fazenda no município de Goiás, uma era a fazenda Rio Vermelho e Vereda Bonita, de propriedade de um advogado com residência no RJ, Sebastião Donte de Camargo Junior. Todas as duas fazendas eram totalmente improdutivas e a documentação duvidosa.

Segundo o senhor Delcides, a partir da chegada, foi um processo rápido de ocupação, como se pode ver na foto a abaixo, todos os acampados chegaram de madrugada e rápidos se estalaram. E durante esse tempo os acampados tiveram o apoio da CPT, MST, Diocese de Goiás, e FETAEG, (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás). E isso se deu nos primeiros 07 anos de luta. Após várias discussões entre o grupo com demandas de melhorias eles chegaram a um consenso de que teriam de ter uma pessoa ligada com estas questões da terra e que conhecesse a realidade de cada lugar.

Foto: 4 A chegada dos acampados na fazenda Rio Vermelho (atual Rancho Grande)



Fonte: Jofre Masceno, 1989

Ao chegar à fazenda Rio Vermelho ainda de madrugada, todos os acampados trataram de descer os seus objetos para dar início a uma nova vida como pode perceber na foto acima que todos estavam disposto a longa trajetória que esperava, e ao término do dia, quase todos os acampados já estavam com suas barracas armadas.

Foto: 5 A ocupação na fazenda Rio Vermelho (atual Rancho Grande)

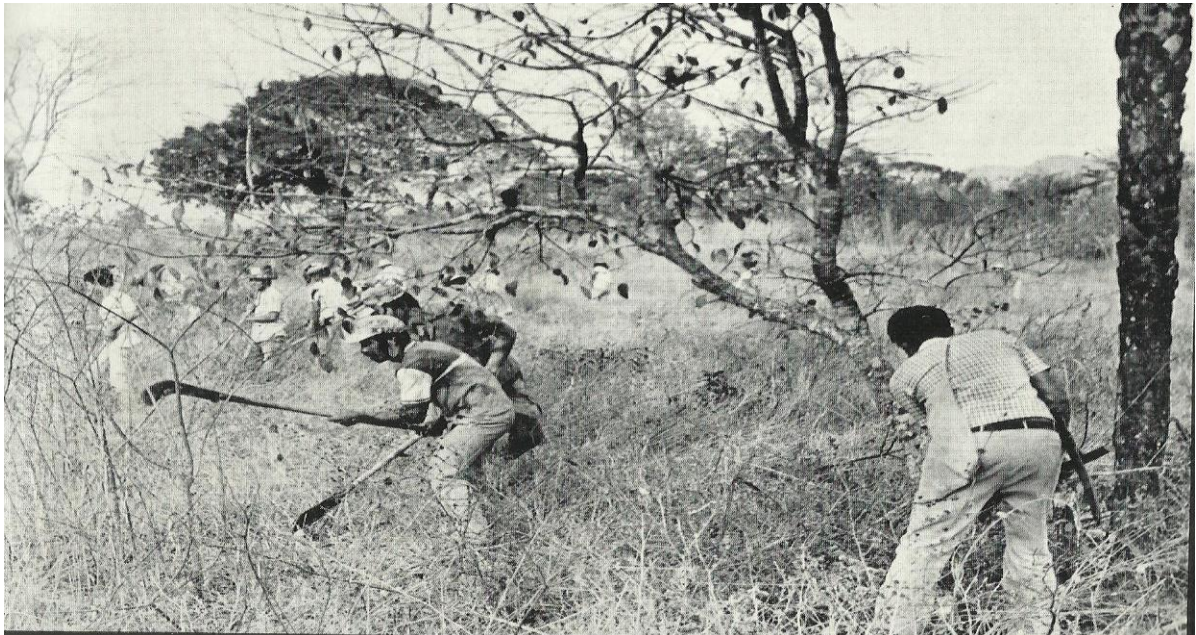


Fonte: Jofre Masceno, 1989

Portanto, onde todos os assentados têm sua parcela toda dividida com cerca de arame liso ou farpado, a maior parte também tem um curral com barracão, para ordenhar suas vacas. Ainda senhor Delcides fala que já a estrutura física no P.A. todos possui água encanada em casa, energia elétrica, uma casinha aconchegante a maioria dos assentados tem carro ou moto. A infra-estrutura do P.A. possui 04 tanques refrador de leite, tem um grupo de 07 famílias, onde eles trabalhavam em cooperativos com o nome de COOP CERRADO e faz parte de uma rede de comercialização solidaria, onde é comercializado frutos da época, sementes silvestres e doces.

Dentro de três dias, já tinha a abertura de um roçado aproximadamente 20 alqueires, onde foi plantado o arroz e o milho. Nesse período a questão do processo de ocupação diante das possibilidades de ver uma grande lavoura em andamentos, era fazer com que viesse a ajudar a acelerar o processo de ocupação com regulamentação diante o INCRA.

Foto: 6 roçado para plantar milho e arroz



Fonte: Jofre Masceno, 1989.

Percebem-se na foto que todos acampados estavam interessados em trabalhar para garantir o seu sustento e a aprovação de garantir o título da terra.

Segundo o senhor Delcides “e a partir de toda essa luta os acampados passam a ser assentados e cada um passa a ter o seu pedaço de chão, onde e o começo de uma nova vida, passa dar segmento nos seus ideais”.

O senhor Delcides continua dizendo que durante o ano de 87 a 89, até então o proprietário da fazenda, tentou três tipos de ação uma judicial de despejo, onde todos eles foram derrubados por advogados da diocese de Goiás, ligados a CPT e ao MST e que tinha o acompanhamento de um advogado da cidade de Goiás, advogado este que é o Doutor José Carlos. Outra tentativa de retirada do pessoal foi através de maquiada, termo essa maquiada que era para que o INCRA fosse fazer a vistoria e tudo estaria as mil maravilhas, isto era a favor do fazendeiro. Mas só que os acampados não deixaram o fazendeiro fazer este trabalho que seria com o uso de trator de esteira, trator pneu, e com o uso de correntão para derrubar as matas, e isto iria mostrar ao INCRA que o fazendeiro estaria movimentando dentro da terra. Só que isto não aconteceu, pois, os acampados não deixaram os peões dar seguimentos neste trabalho.

Outra ação que o fazendeiro fez, foi dividir a fazenda em herança, onde foram passados os lotes de terra para os filhos. Só que durante estes processos de resistência o fazendeiro da terra veio a falecer. E com isso veio a atrapalhar todo o processo de negociação e este processo de desapropriação passou a ser de negociação, só que desta vez com os filhos (herdeiros) do fazendeiro.

E com esta negociação, alguns dos herdeiros não tinham origem nenhum de documentação e com isto foi negociado as fazendas Rio Vermelho e a Vereda Bonita, que veio ser o P.A. Rancho Grande, P.A. São Felipe e P.A. Acaba Vida e 13 famílias foram para o município de Dorvelândia onde foram assentados no P.A. Lebre. E após todo esse processo de luta foi no dia 24/12/91 que os acampados conseguiram a titulação do seu pinhão de terra definitiva.

Assim, o senhor Vanderlei (nome fictício) um dos pioneiros nos conta como foi a trajetória, (informações verbais); “Oia foi muita luta, primeiro nois fico na Beira da BR153, com muito sofrimento, farta de coisas, foi muita luta, oia é só quem passa purisso que sabe o que to falano. Depois nois veio aqui pra Goiás, pra invadir essas terra aqui, que antigamente ante de nois entra nela ela chamava fazenda Rio Vermeio. Só sei que foi uma pendenga danada até os peão que queria tira a gente não conseguiu, então veio advogado, gente de muita força contra nois, mais nois tinha uns advogado bão que busco tudo quanto é meio pra

fazer cum qui nois ficasse aqui. Mais cuneguir, durante nossa invasão, nois dirrubo um pedaço bão de mato aqui pra pranta arroiz e mio, onde deu muito fartura. Durante esse tempo que nois pranto veio uns povo aqui da poliça pra vê o tamanho da roça eis falou que era o Juiz, qui tinha mandado eis. Eis oiou a roça e vorto pra cidade. E foi essa luta qui nois teve aqui, mais graça a Deus nois cuneguimos nosso pedaço de chão, pra nois mora e pranta nosso alimento”. Então no dia 13/ 08/ 87, 66 família ocupou a fazenda Rio Vermei e o restante da famía que estavam juntos com nois disistiu por medo, cansaço, e doença. E assim percebe na foto abaixo que o senhor Valter guarda no álbum de recordação a dor e do sofrimento que eles passaram durante o processo de ocupação.

Foto: 7 trabalhadores indo para o roçado na fazenda Rio Vermelho (atual Rancho Grande)



Fonte: Jofre Masceno, 1989.

A quantidade de habitantes que mora hoje nesse assentamento, entre adultos e crianças é no total de 55 pessoas, sendo 12 adolescentes (06 do sexo masculino e 06 do sexo feminino), e 43 adultos (22 homens e 21 mulheres).

4.1 O cultivo do milho crioulo no P. A. Rancho Grande

A implantação do cultivo do milho crioulo nos assentamentos de reforma agrária, no município de Goiás, tem como objetivo obter mais saúde a população e proteção do meio ambiente. Assim acontece no assentamento PA Rancho Grande, onde os pequenos produtores cultivam a cana, mandioca, banana, açafrão e o milho crioulo também colhem a castanha do baru. Outros assentamentos também cultivam o milho crioulo, com a mesma proposta de estar aumentando a renda familiar e a utilização de produtos naturais. E assim os assentamentos rurais estão em busca de novas técnicas para sua produção e buscando uma inspiração para novas plantações.

Assim, os assentamentos estão em busca de novos objetivos para melhorar de vida, está sempre buscando novas técnicas, aperfeiçoamento ao longo dos anos e depara com vários projetos como, a do Projeto Sementes Crioulas que visa ajudar e reforçar os camponeses. Portanto o Projeto Sementes Crioulas é uma reaplicação ou, reprodução das sementes do milho crioulo, também contribui com a autonomia dos camponeses, fazendo que eles fiquem livres, ou seja, deixa de depender dos produtos químicos, porém este projeto ainda esta em desenvolvimento em muitas comunidades rurais. Fazendo com que os camponeses resgatem ou propicia um reencontro com a cultura passada voltando com o plantio do milho crioulo no presente.

Portanto, este Projeto Sementes Crioulas foi de grande valor por que além de resgatar também garante uma vida saudável para os camponeses, também a EMATER têm por objetivo ajudar os camponeses, agricultores que são interessados a ter a possibilidade ou, oportunidade de conhecer e plantar o milho crioulo.

De acordo com Sangaletti (2007), a execução de projeto, além do objetivo de resgatar o milho crioulo em processo de extinção tem também a importância da independência das famílias assentadas em relação às empresas produtoras das sementes híbridas. O cultivo da semente do milho crioulo, sem ser preciso usar adubos químicos além de garantir a manutenção da semente do milho, também valorizar o saber popular.

Através das experiências de alguns assentamentos, os camponeses procuram passar suas experiências adiante, assim buscando os seus objetivos para obter uma segurança no meio ambiente em que vivem que é uma parte fundamental nesse processo de resgatar a sementes do milho crioulo, e assim adquirir um conhecimento de toda a representação obtida. Falando sobre o sentido da autonomia e o controle do processo produtivo que as sementes crioulas representam para os agricultores, Meneguetti, Girardi, Reginatto, (2002, p. 17)

afirmam que “Eles detêm a genética, realizam a experimentação, fazem a observação e a seleção, repassam a experiência e os conhecimentos acumulados. Todo o processo está sob seu domínio”.

Tradicionalmente, a experiência adquirida pelos camponeses nos assentamentos, ao buscar ao longo dos anos de caminhada, os condicionou a aprender e ensinar os seus conhecimentos para todos os novos assentamentos que estão surgindo. Assim buscam a satisfazer e respeitar o meio ambiente, além de contribuir para a manutenção da cultura popular, que é o dever e obrigação de todos.

No ano de 2007, na Cidade de Goiás, aconteceu a primeira festa das sementes crioulas, que contou com a presença de mais de 600 participantes, entre camponeses, fazendeiros, dentre outros. Foi a I Festa das Sementes Crioulas de Goiás, realizada em agosto de 2007, foi um momento organizado para reforçar esse trabalho, como ao estimular outras comunidades a se integrarem. Assunção (2009, p. 768) relata que, “com o resgate destas variedades de milho, trouxe transformações aos assentados e gerou boas expectativas em relação à retomada da prática agrícola entre eles. A distribuição das sementes para o plantio foi um bom exemplo desta dinâmica.”

Mostrando que é preciso incentivar os camponeses em resgatar a cultura do milho crioula passada para estimular outras comunidades a retomar essas práticas, porque a cultura do milho crioula esta perdendo, por que existem várias outras plantações de milho que facilitam e dar milhos melhores com a utilização de adubos químicos e de tantas outras tecnologias, como os milhos transgênicos, híbridas entre outros. Assunção (2009, p. 769) “Este resgate da agricultura é considerado por todos, equipe do projeto e assentados, como rico e belo, pois reforça o sentido de pertencimento a terra e, o mais importante, garante a segurança alimentar e o domínio das sementes, que afinal são patrimônio dos agricultores.”

E a respeito do resgate das sementes crioulas o senhor Orélio presidente PA Rancho Grande nos fala, que existem em andamento um banco de sementes em Goiânia onde tem várias sedes aonde eles vem buscando esta técnica de reintegração deste cultivo no meio dos pequenos produtores que é CAA, Centro Alternativo da Agricultura familiar e também MPA Movimento dos Pequenos Agricultores.

Segundo o senhor Orélio, existem vários estados que vem propondo esta inclusão novamente no meio dos pequenos agricultores, exemplo de algumas regiões do Paraná e do Rio Grande do Sul. Portanto, uma questão muito questionada pelos assentados como diz dona

Santa (informação verbal) é a forma em que o modelo de assistência técnica que foi proposta no modelo da Revolução Verde, onde os assentados não tinham nenhum conhecimento deste modelo, muito menos dinheiro e se tivesse segundo eles estariam fardados ao fracasso. Porque este modelo não dá seqüência em um lote pequeno e sim para os grandes latifúndios da vida.

Mapa: 01 Localização Geográfica do PA Rancho Grande

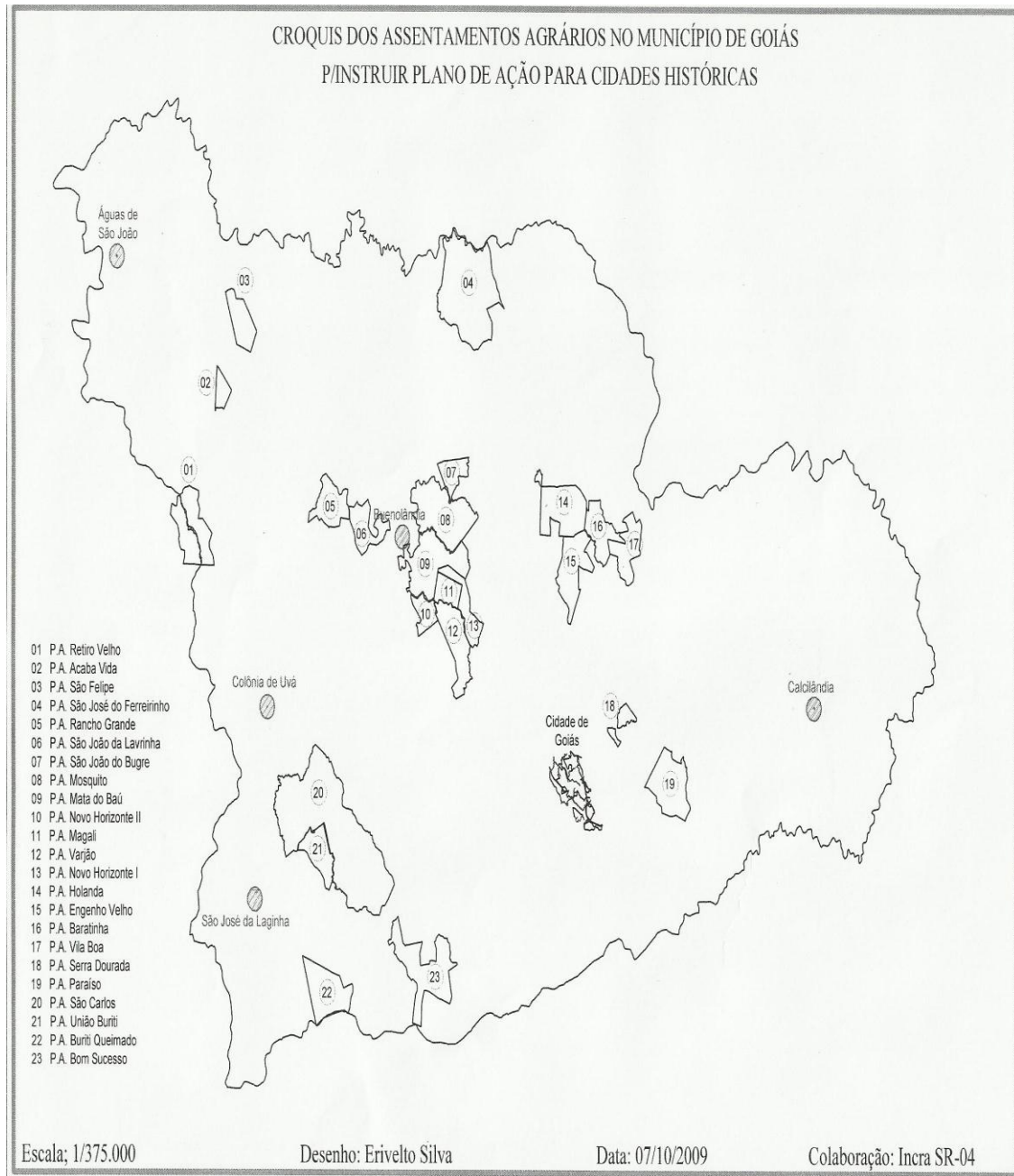


FONTE: Image@2011 digitalGlobe

Org: Erivelto Silva

Ser camponês, portanto, é sinal de luta, de superação e de tentativa de manter as tradições avivadas. O que não se pode perder de vista é o amor pela terra, pelas pessoas, pelo meio ambiente, pois são forças propulsoras na construção de consciência coletiva.

Mapa: 02 Croquis dos assentamentos do Município de Goiás



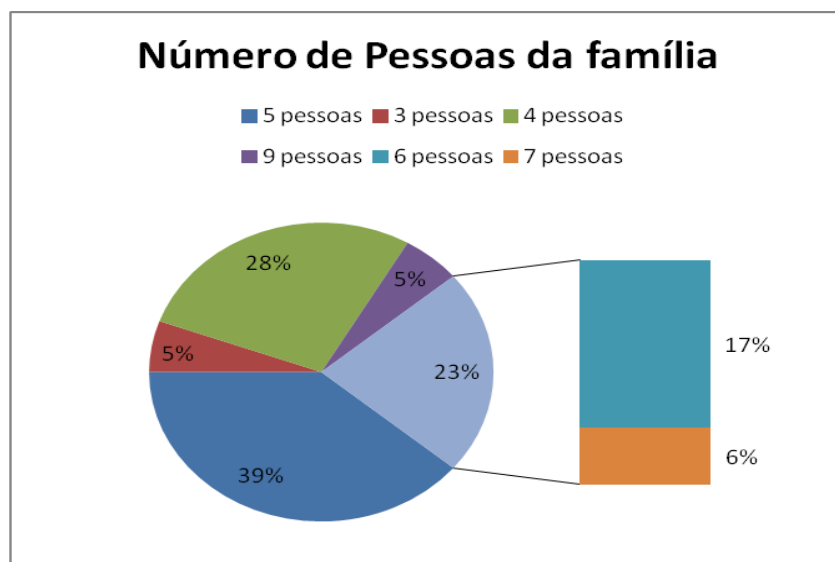
Desenho: Erivelto Silva, 07, 10, 2009.

Colaboração: INCRA SR- 04.

4.2 Dados sociais do assentamento

A pesquisa realizada com 18 famílias assentadas no P. A. Rancho Grande apresenta dados da realidade social e econômica destes, ou seja, do seu dia a dia. Sobre o número de pessoas por família assentada (Gráfico 1), foi assim constatado: uma família com três pessoas; cinco famílias com quatro pessoas; sete famílias com cinco pessoas; três famílias com seis pessoas; uma família com sete pessoas e uma família com nove pessoas.

Gráfico 1 – Mostra a composição familiar dos assentados



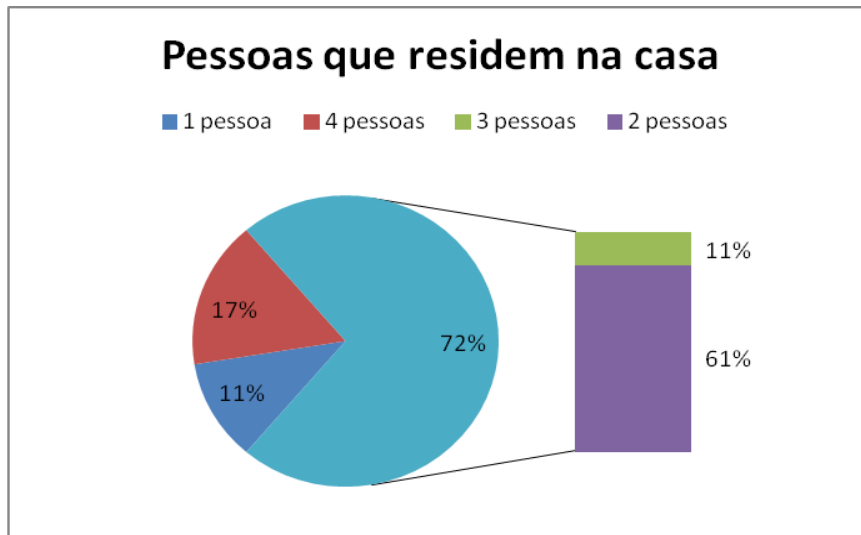
Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.

Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos - 2011

Conforme mostra o gráfico acima, as famílias diversificam quanto ao número de pessoas que as compõem, porém as famílias com cinco e seis membros representam juntas mais da metade das famílias do assentamento.

No entanto, quando interpelados sobre o número de membros familiares que residem no assentamento, as respostas mostraram (Gráfico 2) que morando com quatro pessoas na casa são três famílias; com três pessoas na casa são três famílias; com duas pessoas são 10 famílias; e com apenas uma pessoa residindo na casa existe duas famílias.

Gráfico 2 – Mostra o número de pessoas da família que residem no assentamento.

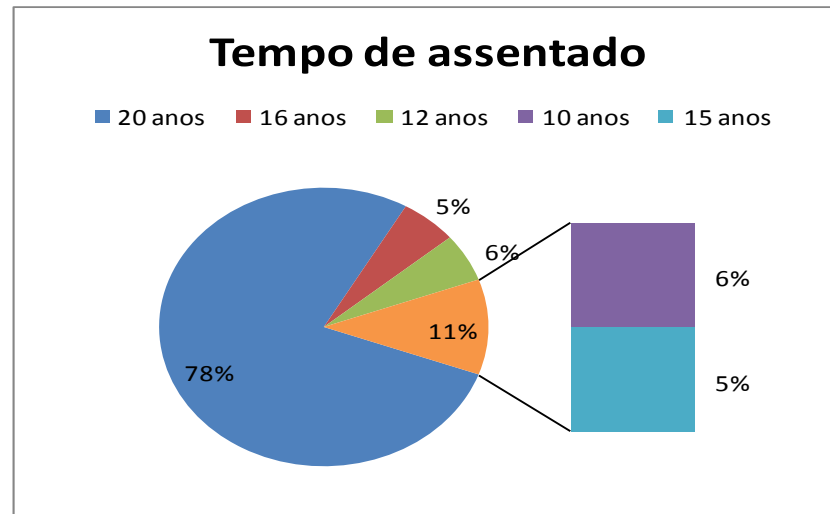


Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos - 2011

Os dados apresentados no gráfico acima mostram que ainda existe migração rural urbana, pois do total de 93 membros da família, apenas 43 moram no assentamento. Ou seja, não está havendo reprodução social no Assentamento Paraíso.

Quando a pergunta foi sobre o tempo que estão ali assentados, constatou-se (Gráfico 3) que uma família mora há 16 anos; uma mora há 15 anos; uma mora há 10 anos; uma também há 12 anos; e outras 14 famílias há 20 anos.

Gráfico 3 – Apresenta o tempo em que estão assentados

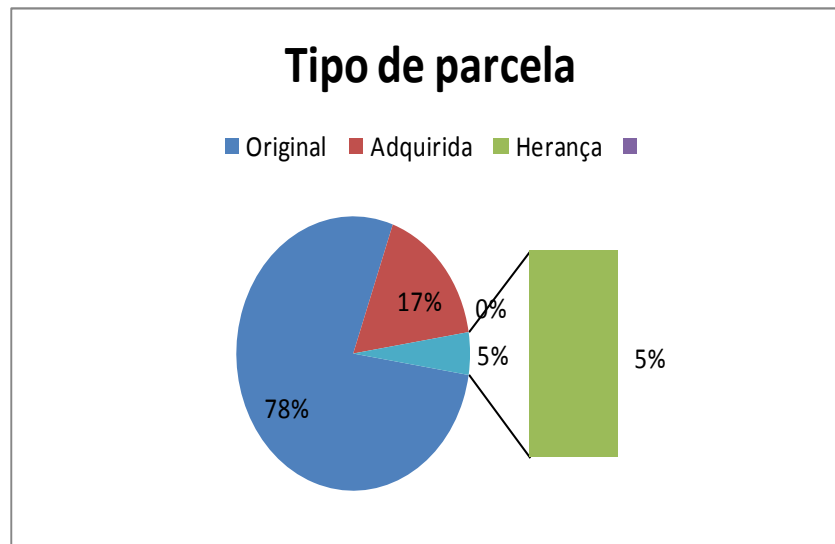


Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro/2011
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

Percebe-se que a maioria das famílias (14) está a 20 anos no assentamento, e a família que está menos tempo está há 10 anos. Mostrando que os assentados do P. A. Rancho Grande tem longa jornada de luta na história do assentamento. Isto representa um tempo bastante significativo em termos de luta e peleja pela busca de uma vida melhor.

Quando a pergunta foi sobre o tipo de aquisição da parcela, vê-se no (Gráfico 4) que apenas três obtiveram a terra de forma comercializada, sendo que uma família tem a posse provinda de herança, o restante, ou seja, 14 famílias entrevistadas são assentadas na origem do assentamento.

Gráfico 04 – Demonstrativo do tipo de parcela quanto à aquisição



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.

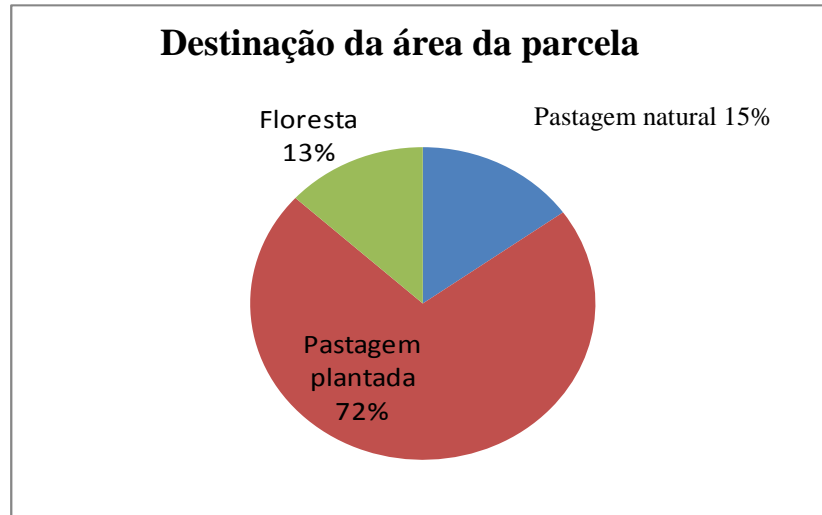
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011.

Percebe-se ao analisar o gráfico acima, que ao contrário do que muitas vezes a mídia noticia, em 20 anos de assentamento é pequeno o número de parcelas comercializadas e grande o número de assentados de origem. Isso significa que a reforma agrária deu certo no Assentamento Rancho Grande.

Ao questionarmos sobre as áreas utilizadas, a pesquisa concluiu-se que além de pastagem natural, nas parcelas existem áreas de floresta natural, ma também são utilitárias de suas áreas para os outros fins como a lavoura e pastagem plantada (Gráfico 5). Sendo que 45% da área é usada para lavoura; 38% da área é usada para pastagem plantada; e 7% da área está reservado em floresta nativa.

Destaca-se, a partir das pesquisas empreendidas, uma vez que todas as famílias entrevistadas, tais quais, as 18 mencionadas, num total, portanto de 100%, fazem uso, de uma forma geral, em maior ou menor quantidade, dos mais diversos tipos de plantação, ou seja, a lavoura faz parte da vida destes assentados.

Por outro lado, destas 18 famílias que utilizam-se da lavoura, as mesmas, em porcentagens diferenciadas fazem uso da terra para outros fins, como se pode perceber no (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Destinação da área da parcela

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.

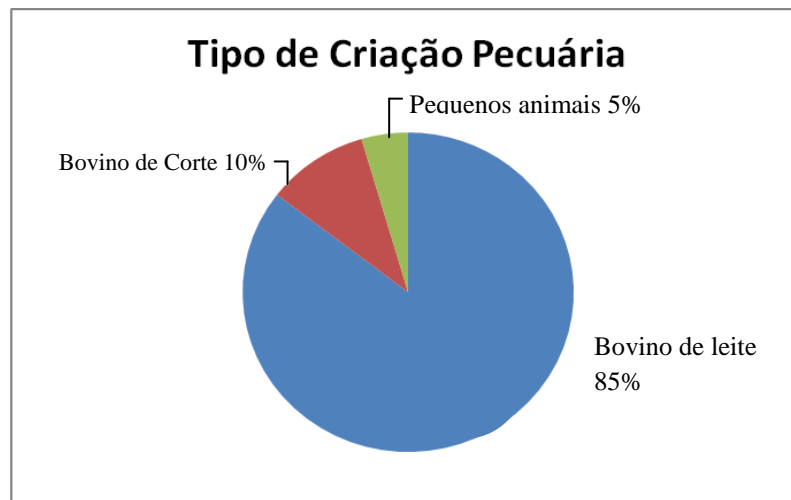
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

Conforme se evidencia do gráfico acima, 02 famílias entrevistadas têm área destinada às florestas, 13 destas usam suas áreas de trabalho rural visando à obtenção de pastagem plantada, enquanto 03 delas usam-na para pastagem natural.

Chama-nos a atenção a diversificação da utilização da terra para o cultivo, e as famílias demonstram estarem mais inclinadas para a colheita e plantio do milho e cana, em maior quantidade, e demonstrando também aptidão para lidar com o plantação de banana, mandioca, arroz, café, açafrão, guariroba e laranja, embora estes últimos sejam em porcentagens menores.

Sobre o tipo de criação pecuária, a pesquisa verificou-se (Gráfico 6) que 15 famílias criam gado visando à produção de leite, enquanto que três famílias utilizam-se da criação tanto para o corte quanto para a produção de leite.

Gráfico 6 – Demonstrativo do tipo de criação pecuária



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

Tem-se a partir da leitura do gráfico acima que grande parte das famílias de assentados sobrevivem a partir da produção do leite, ou seja, a pecuária é o principal meio de sobrevivência no assentamento.

Ao questionar os assentados sobre o plantio do milho crioulo no assentamento, conclui-se que das 18 famílias entrevistadas 13 delas mantêm o cultivo do milho crioulo, e todas estas utilizam o milho para consumo próprio. Sobre o tamanho da área utilizada no cultivo do milho crioulo, a pesquisa concluiu que apesar de significativa essa prática no assentamento, a quantidade da área utilizada é pequena (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Demonstrativo do tamanho da área do plantio do milho.



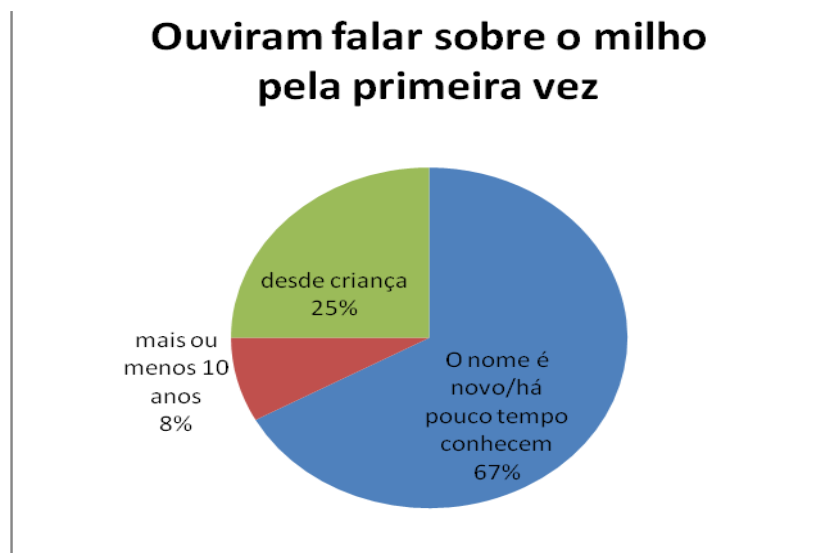
Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

Vê-se que no que tange as áreas destinadas ao cultivo do milho crioulo, das 629 hectares de área total das 18 parcelas, apenas 12.4 hectares são destinadas à plantação do milho crioulo.

Importante ressaltar que a mais de 20 anos um terço das famílias entrevistadas (6) cultivam o milho crioulo, enquanto apenas três destas têm experiência com o referido milho há apenas três anos. O índice é maior no percentual que leva em consideração as famílias com mais de 20 anos no uso do milho crioulo. Isso evidencia que ainda valorizam a questão da tradição e da história do referido milho, o que representa benefícios para a memória daquela comunidade.

Quando a pergunta foi sobre o conhecimento do milho crioulo, constatou-se que para 12 pessoas o nome “crioulo” é bastante novo, sendo que o termo “milho comum” é mais usado; porém quatro dos mesmos conhecem o milho com o nome crioulo desde criança, porque faz parte da vida de quem vive no meio rural; verifica-se que apenas duas pessoas conhecem pelo nome crioulo há mais ou menos 10 anos, conforme mostra o (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Informa sobre quando tiveram conhecimento do milho crioulo.



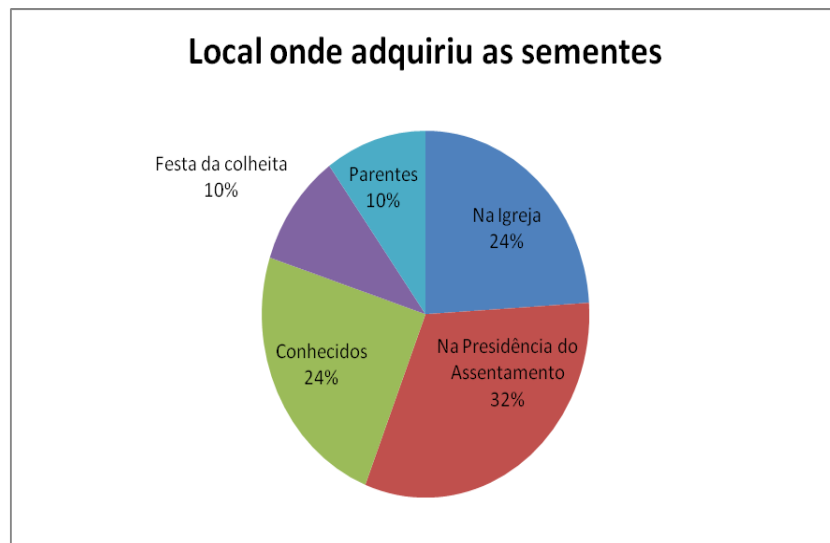
Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

Portanto, o termo “milho crioulo” é em pouco tempo conhecido pela maioria dos entrevistados.

Há diversificação quando se questiona aos assentados sobre quem lhes deu informações sobre o milho crioulo, sendo as seguintes respostas obtidas: duas pessoas alegam que ficaram conhecendo no próprio assentamento; quatro pessoas não responderam; três pessoas afirmam que foi através da igreja; e outras três disseram que foi através de suas famílias (pais e avós); e uma entrevistado afirmou não se lembrar.

Quando interpelados sobre o local em que adquirem as sementes do milho crioulo, existem nas respostas certa pluralidade das informações, pois três pessoas relataram que foram através de conhecidos; uma pessoa disse que foi nas festas da colheita; duas pessoas responderam que foi entre parentes; três pessoas afirmaram ser na igreja católica; e quatro responderam que conseguiram as sementes com o presidente da associação dos assentados (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Demonstrativo sobre o local de aquisição de sementes crioulas



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.
Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

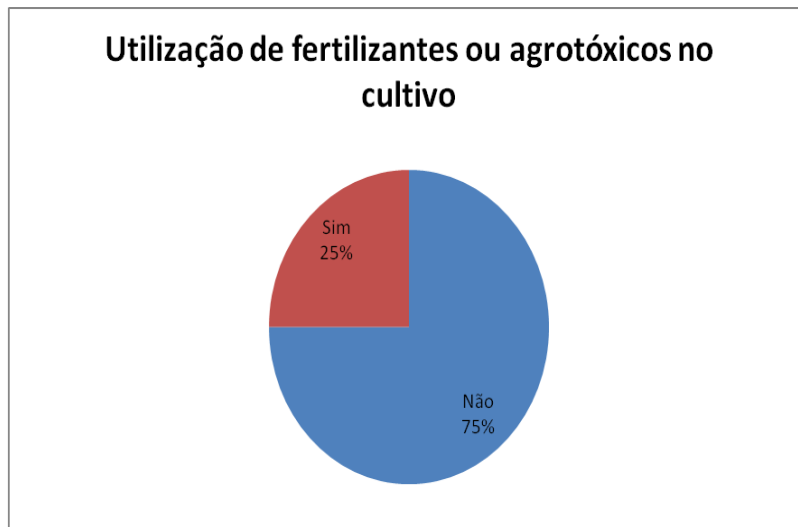
O milho crioulo, portanto, é difundido em vários lugares, com os quais os assentados convivem.

Quanto ao processo técnico utilizado no plantio, verificou-se que ainda é peculiar e ligado a uma tradição mais antiga, pois as 13 famílias que cultivam o milho crioulo fazem uso de enxadas e matracas no plantio, sendo que a colheita é manual. Lembrando que todas as

famílias que fazem o cultivo do milho crioulo e que utilizam de tratores para a preparação do solo, juntamente com a carpideira e o cultivador nos tratos culturais.

No cultivo do milho crioulo, 11 famílias utilizam-se somente de adubação natural (esterco de gado), sendo que as outras duas fazem uso de fertilizantes, o que mostra o (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Demonstrativo do uso de fertilizantes ou agrotóxicos no cultivo



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.

Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

E como evidencia-se no gráfico acima, a maioria das famílias que cultivam o milho crioulo não usam fertilizantes e/ou agrotóxicos no cultivo de suas plantações, pois apenas duas famílias fazem uso destes insumos.

Sobre a viabilidade da produção do milho crioulo para os assentados, das 13 famílias que cultivam o milho, 12 consideram a produção do milho viável e sem maiores custos econômicos (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Demonstrativo da viabilidade econômica da produção do milho



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.

Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

Ficando comprovado no gráfico acima o alto índice de satisfação com relação à viabilidade na produção do milho crioulo.

Quando a pergunta foi relacionada a entidades que incentivam a produção dessa cultura, a maioria das famílias entrevistadas (8) aprovam as iniciativas dos órgãos responsáveis, sendo que cinco delas consideram que o Poder Público deveriam participar mais das aspirações e dos sonhos dos camponeses.

Lembrando que a igreja católica se apresentam como incentivadora da colheita deste milho, fato comprovado também pelas entrevistas feitas.

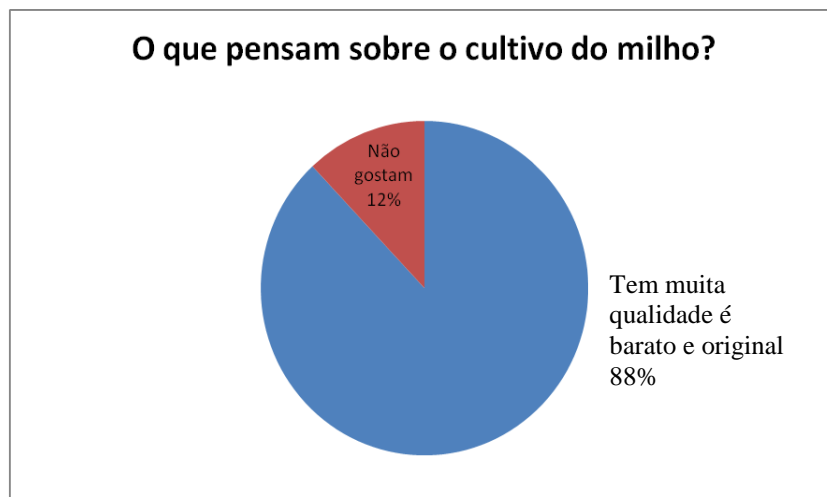
Também foi realizada uma pesquisa com as cinco famílias que não cultivam o milho crioulo no P. A. Rancho Grande. Essas cinco famílias já cultivaram o referido milho, porém deixaram de fazê-lo.

Quando interpeladas sobre se pensam em um dia voltar a cultivar o milho crioulo, dois entrevistados disseram que não querem mais cultivar o milho; enquanto que três famílias relataram que podem voltar a cultivar. Ressaltando que dessas cinco famílias, uma relatou que não gosta da referida produção; duas famílias relataram motivos pessoais para não produzir; uma família abordou razões médicas; e uma não apresentou seu ponto de vista.

Um índice extremamente significativo diz respeito à opinião dos assentados quanto à produção e cultivo do milho crioulo. Das 18 famílias entrevistadas, 16 consideram-

no de boa qualidade, barato e original. Apenas duas responderam não ver nada interessante no referido produto.

Gráfico 12 – Demonstrativo sobre a opinião sobre o que pensam sobre o cultivo do milho?



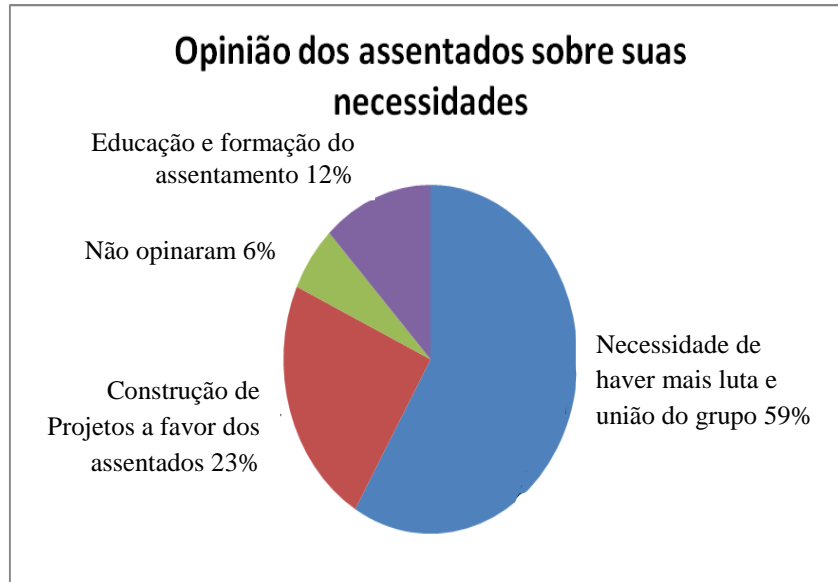
Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.

Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

No entanto, cumpre ser ressaltado que mesmo aqueles que não cultivam o e nem pensam em tal possibilidade, reconhecem a validade e a originalidade do milho crioulo.

Quanto à opinião dos entrevistados sobre o que acham ser necessário para melhorar a vida dos assentados no P.ª Rancho Grande, os assentados se mostraram com opiniões contundentes e formadas sobre o que se deve fazer para melhorar a qualidade de vida dos mesmos: 10 famílias citaram a necessidade de haver mais união e cooperação entre eles; quatro famílias abordaram a construção de projetos que favoreçam a dignidade da vida destes moradores; duas famílias citaram a Educação e a Formação dos Assentados; enquanto uma família se recusou a responder. Das famílias que mais nos ofereceram elementos probatórios para confecção do trabalho, ressaltou que a falta de união e ou cooperação do grupo é um fator preponderante para os conflitos que existem.

Gráfico 13 – Demonstrativo da opinião dos assentados sobre as necessidades atuais para o assentamento



Fonte: Pesquisa de campo realizada nos meses de setembro e outubro de 2011.

Org.: RIBEIRO, Simão dos Santos – 2011

Dos dados sociais apresentados, bem como das estatísticas estabelecidas, observa-se com propriedade que os assentados, visam, acima de tudo, ter uma vida digna, obtendo a formação necessária para requestar seus direitos e prover de uma existência justa e isenta de preconceitos e injustiças sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o Assentamento Rancho Grande no município de Goiás, tendo como foco principal a conquista e vitórias importantes dos camponeses que ocorreu durante anos, ou seja, desde quando surgiu o primeiro assentamento, no município de Goiás, que é o Mosquito, procurando sempre expressar a classe trabalhadora para melhor entendimento à agricultura familiar que é trabalhar em conjunto, fazendo com que busque melhoria de vida, Mauro Amoroso (2004) ressalta, “A pequena propriedade é o lugar em que por décadas se articulam os sonhos da família. É onde se faz a provisão para dias difíceis, mas, também, para a manutenção de um estilo peculiar de vida.” E um maior conhecimento sobre este assentamento e a forma que eles vivem na busca de resgatar uma cultura onde a cada dia esta disserida pelo o novo modelo econômico. Tendo uma nova concepção num processo de substituir ou na responsabilidade de cada família assentada, assim forma uma família que trabalham em conjunto. Como Wanderley, (1999, p. 09) afirma:

Ao mesmo tempo, essa nova concepção (agricultura familiar) supõe um processo de substituição da ênfase na responsabilidade individual do agricultor pelo envolvimento do conjunto familiar. A Família rural permanece, portanto, como um dos elementos centrais desse processo. Com efeito, parcela significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas.

Mesmo assim o camponês enfrenta os seus problemas e verá que será mais uma luta que aconteceu na sua vida com muitas vitórias, já que durante todo o processo de ocupação eles passaram por vários obstáculos e aonde vão sendo resolvidos no decorrer da caminhada e consegue o seu objetivo. Assim tendo como parceiro as entidades que lhe acompanha como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e entre outros que batalham juntos com os camponeses, visando reconhecer as dificuldades dos camponeses durante e depois da parcela da terra. E assim Wanderley, (1999, p. 09) relata:

Além disso, o ‘lugar’ da família, isto é, o patrimônio fundiário familiar, constitui um elemento de referência e de convergência da família, que deve ser reconhecido, sobretudo em um processo que valoriza a identidade territorial. Finalmente, as famílias agrícolas são depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e sociocultural em um processo de desenvolvimento rural

Também é importante falar que no assentamento existe um trabalho coletivo, ou seja, uma COOP CERRADO como senhor Delcides relata, “No assentamento possui quatro tanques refrador de leite, tem um grupo de 07 famílias, onde eles trabalhavam em cooperativa com o nome de COOP CERRADO e faz parte de uma rede de comercialização solidaria, onde é comercializado frutos da época e sementes silvestres, doces.”

Inserem-se numa concepção histórica as lutas das classes em busca de um objetivo trabalhar no seu pedaço de chão. Portanto existe no mundo a modernidade que interfere nas condições no lugar onde moram as famílias e que eles lutam para ser digno da sua própria identidade e mantendo o desafio encontrado pela frente. Pode-se dizer que mesmo no assentamento do tempo presente as famílias continuam recriando os interesses, assim como no P. A., Rancho Grande as famílias estão buscando resgatar a cultura natural como, a da semente do milho crioulo. Assim Mauro Amoroso (2004) fala, “Neste caso, vale destacar que, mesmo diante de condições adversas, a “cultura camponesa” não desaparece, mas se revitaliza sob formas diversas”.

Nesta perspectiva vale destacar que o imigrante camponês vindo de outros Estados, acabou criando um modo de vida particular vinculado a uma pequena propriedade, ou lote. Mauro Amoroso (2004) ressalta que, “Esta propriedade, viabilizada pelo trabalho familiar, não só concedeu, mas ainda concede sobrevivência e sustentabilidade econômica à família deste colono. Mas é também a célula que dá sustentação à vida comunitária em todos os sentidos. Seja nas atividades religiosas, no lazer ou em iniciativas diversas”.

Portanto os assentados do P.A., Rancho Grande no município de Goiás consideram-se, que estão conseguindo o seu sustento retirado da sua pequena parcela de terra e também acreditam que após o seu sofrimento eles agora acreditam que são felizes. Uma coisa é certa com toda a luta pela a terra sonhada hoje são praticamente livres para fazer o que quiser menos vender.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemeire. *A Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de recriação camponesa no Mato Grosso do Sul*. Presidente Prudente. 2003. Tese de Doutorado em Geografia. UNESP.

ANDRIOLI, Antonio Inácio. *Transgênicos: as sementes do mal- a silenciosa contaminação de solos e alimentos/ 2008*.

ANTÔNIO Meneguetti, Gilmar, GIRARDI, Luís. Jordano Reginatto, CARLOS. João, *Milho crioulo: tecnologia viável e sustentável*. Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.,Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

ANDRADE, Manoel Corrêa de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986. _____ *História das usinas de açúcar de Pernambuco*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1989.

ALVES, Gilcean Silva. *A biotecnologia dos transgênicos: precaução é a palavra de Ordem*. 2004

BARBOSA, Walmir. *Plano Estratégico de Atuação no Desenvolvimento Regional/Local do IFGOIÁS 2010-2014*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiás Observatório Regional - Centro-Oeste (Versão Preliminar) Ref.: Agosto/2009

BARGHINI, Alessandro. *O Milho na América do Sul Pré- Colombiana: Uma História Natural. Pesquisas*. Revista do Instituto Anchieta de Pesquisas.(2004). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Barsanufu Gomides Borges. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

Editor, 2001.

BRUM, A. J. Revolução verde. In---. *Modernização da agricultura: Trigo e soja*. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p, 44-50

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura- Vol. 2: O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, Escravidão e campesinato*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil/ Horácio Martins de Carvalho*. – Petrópolis, RJ: Vozes 2005.

CERTEAU, Michel de, 1925-1986. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar/ Michel de Certeau, Luci Giard, Pierre Myol; tradução de Ephraim. F. Alves e Lúcia Endlich Orth*. – Petrópolis,RJ: vozes, 1996.

CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra – Um Estudo Sobre a Fabricação do Social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CHEVITARESE, André Leonardo. *O Campesinato na História*. 2002

CROSSAN, John Dominic. *Jesus; uma biografia revolucionária*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. _____ . *O nascimento do cristianismo; o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. São Paulo: Paulinas, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral- memória, tempo, identidades/ Lucilia de Almeida Neves Delgado*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DIAS, Mariza Souza. RIBEIRO, Dinalva Donizete. ASSUNÇÃO, Hildeu Ferreira da. *Reaplicação e reprodução de sementes de milho crioulo no Assentamento rio claro em jataí (go): estratégia para autonomia de agricultores familiares*, 2009

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação/ Astor Antônio Diehl -- Bauru, SP: EDUSC, 2002.*

DUARTE, Élio Garcia. *Do Mutirão à Ocupação de Terras: manifestações camponesas em Goiás. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.*

DUARTE, E.G. *manifestação camponesas em Goiás: Perspectivas para uma pesquisa História – cultural. História Revista. Goiânia. Vol.6(1). Jan/jun. 2001. p. 113-134*

ESTEVAM, Luís. *O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás/ Luis Estevam. – Goiânia: Ed. do Autor, 1998.*

FABRINI, João Edmilson. *Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/ PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) UNESP, Presidente Prudente. 2002.*

FRAGOSO, João L. *Campesinato europeu, séculos XVI e XVII: algumas notas historiográficas sobre economia e cultura popular. CHEVITARESE, André Leonardo. O Campesinato na História. 2002*

FENELON, Déa Ribeiro. “*O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo?*”. In: *História & Perspectiva. Uberlândia, UFU, no 6, jan/jun., 1992. p.5-23.*

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.*

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Delimitação Conceitual de campesinato. (texto não publicado) . 05 páginas.*

FERNANDES, Bernardo Mançano 2005 “*Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*” em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Vol. 16, enero-abril.

FERNANDES, Bernardo M. *Delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <www.mst.org.br/biblioteca>. Acesso em: Jul. 2008.

GAVIRIA, Margarita Rosa. *Os posseiros e a arte da negociação política*. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, 2009.

GUZMÁN, Eduardo S. *sobre El campesinado, La globalizacion de La economia y El desarrollo rural*. Córdoba: Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos/ Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos y Montes/ Universidad de Córdoba, mimeo., 2000, 20 p.

GUERRANTE, Rafael Di Sabato. *Transgênicos: uma visão estratégica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2003.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin. *Formas de Organização Camponesa em Goiás*. Goiânia: CEGRAF. Coleção Teses Universitárias, nº 47., 1988.

HAESBAERT, R. *Territórios alternativos*. Niterói: Eduff; São Paulo: Contexto, 2002.

___ Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HOBBSBAWM, Eric. *Os Camponeses e a Política*. In: *Pessoas extraordinárias: Resistência, Rebelião e Jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JOLLIVET, Marcel. Sociétés rurales et capitalisme. IN: JOLLIVET, Marcel (dir.) *Les collectivités rurales françaises; 2. Sociétés paysannes ou lutte de classes au village*. Paris:

Armand Colin, 1974. p. 230-269.

PADRE JOSIMO. INSTITUTO CULTURAL Av. Farrapos, 88, 2º piso. Bairro Floresta. Porto Alegre/RS, Setembro 2009. E-mail: institutopadrejosimo@hotmail.com

LAGOA, Padre António Martins Oliveira de. *Ciências da Terra e da Vida, Seres Vivos Transgênicos*, 2003

LARAIA, Roque. *Cultura; um conceito Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEITE, S. C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez. 2002.

LERAYER, Alda. *Guia do milho tecnologia do campo à mesa*, julho, 2006.

LINHARES, Maria Yedda Leite, 1921- *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*- Maria Yedda Linhares, Francisco Carlos Teixeira da Silva. - Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LONDRES, F. *Sementes Crioula: cuidar, multiplicar e partilhar*. Janeiro de 2009. asptapr@aspta.org.br

LUZ, Cláudia e DAYRELL, Carlos. *CERRADO E DESENVOLVIMENTO: Tradição e Atualidade*, 2000.

MARQUES, Marta Inez M. *De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO*. São Paulo, Depto. De Geografia da USP, 2000. (tese de doutorado)

MARQUES, Marta Inez Medeiros. *A atualidade do uso do conceito de camponês*. REVISTA

NERA – ANO 11 N. 12 – JANEIRO/JUNHO DE 2008

MARTIN, Andrey Minin, Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais. *Revista História em Reflexão*: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008

MARTINS, José de S. *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, 157 p.(Brasil, ontem e hoje, n° 6).

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. Ocupação de terras em áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, Fernando A; SOUZA, Laura de Mello e. (Org) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. Terra, trabalho e família: considerações sobre a (re) criação do campesinato brasileiro nos movimentos sociais rurais – por Andrey Minin Martin *Revista História em Reflexão*: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDEIROS, R. M. V. *Camponeses, cultura e inovações*. In: LEMOS. A. I. G.; ARROYO, M.;

SILVEIRA, M. L. (Org.) *América Latina: cidade, campo e turismo*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006. p. 281-293.

MENDRAS, Henri. *Sociétés paysannes*. Paris, A.Colin, 1976. 236 p.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo, Ática, 1986. (Série princípios).

NEVES, Delma Pessanha. *Constituição e reprodução do campesinato no Brasil: legado dos cientistas sociais*. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, 2009.

NÖTZOLD, A. L. V. 2004. *O Ciclo de Vida Kaingáng*. Florianópolis: Universidade Federal

de Santa Catarina. 109 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. *Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa*. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, 2009.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria A. S. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia:UCG, 1994.

PALACIOS, Guilherme. *Campesinato e escravidão no Brasil; uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres do Nordeste oriental do Brasil; 1700-1875*. **Dados**. Revista de Ciências Sociais, R. Janeiro, 30 (3): 325-356 1987.

PANTALEÃO. Michelle Jorge. SOBRINHO. José Daniel de Freitas. *Sementes da vida: camponeses resgatando as sementes crioulas em Goiás* *Agriculturas* - v. 4 – n. 3 - outubro de 2007

PAULINO, E. Tomiasi. *Terra e Vida: A Geografia dos Campos do Norte do Paraná*. Tese (Doutorado em Geografia): FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2003.

PESSOA, Jadir. *A Revanche Camponesa*. Goiânia: Ed Cegraf UFG, 1999.

ROSSATO, Alexania. *Juventude, mídia e movimentos sociais camponeses: encontros e desencontros*. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato* /Delma Pessanha Neves (Org.). — São Paulo: Editora. UFSM, RS, 2006.

UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma Sociologia dos Processos Sociais Agrários* In: **Ciências Sociais Hoje**. Revista. 1991. São

Paulo, Vértice/ ANPOCS, 1991

SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Horticultores Pré-históricos do Estado de Goiás*. Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo: Unisinos. 1985.

Scott, James C. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven: Yale University, 1976.

SHANIN, Teodor. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista*. **Revista NERA - FCT/UNESP**. Presidente Prudente. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

SHANIN, Teodor. Peasantry as a Political Factor. In: SHANIN, Teodor. **Peasants and Peasant Societies**. Penguin: Harmondsworth, 1979.

SHIVA, Vandana. *Monocultura da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*/ Vandana Shiva. 2003.

SILVA, Valtuir Moreira da. *História Agrária em Goiás*/ Valtuir Moreira da Silva UEG, 2002.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). *A longa caminhada: (re) construção do território camponês em Promissão*. São Paulo, Depto. De Geografia da USP. (tese de doutorado)

SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1982.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1990.

TAUSSIG, Michael T. *The Devil and commodity fetishism in South America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul*. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, 2009.

TENFELDE, Klaus. *Um ensaio de interpretação*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, no 15, set. 1987/ fev. 1988. p. 7- 60.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*. GT 17. Trabalho apresentado no encontro Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul*. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, 2009.

ANEXOS

**QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO COM OS ASSENTADOS
DO P.A. RANCHO GRANDE**

1 DADOS PESSOAIS:

- Nome: -----Idade: ----- Sexo: -----
- Número de pessoas da família: -----
- Pessoas que residem na casa: -----

2 DADOS DA PARCELA

- Tempo de assentado: -----
- Tipo de parcela: () original () adquirida () herança
- Área da parcela (ha):
- Área utilizada em:
lavoura (); pastagens natural (); pastagem plantada (); floresta ().

3 DADOS ECONÔMICOS

- Tipo de plantação que cultiva:
Lavoura temporária (especifique)=
.....
.....
Lavoura permanente (especifique)=
.....
.....
- Tipo de criação pecuária:
() bovino de leite; () bovino de corte; () pequenos animais

4 DADOS SOBRE O MILHO CRIOULO

- .(PARCELEIROS QUE CULTIVAM O MILHO CRIOULO)
 - Tamanho da área de plantio do milho crioulo:
 - Destino final dado à produção do milho crioulo:
.....
-

- Há quanto tempo cultiva o milho crioulo?

.....

- Quando ouviu pela primeira vez falar sobre o milho crioulo?

.....

- Através de que ou de quem tomou conhecimento do cultivo do milho crioulo?

.....

- Onde adquiriu as sementes do milho crioulo?

.....

- Quais os mecanismos (técnicas) utilizados no plantio, tratos culturais e colheita do milho crioulo?

.....

.....

- Recebe ou recebeu algum tipo de orientação técnica para cultivar o milho crioulo (se sim de quem)?

- Utiliza fertilizantes ou agrotóxicos no cultivo do milho crioulo?

.....

- E no cultivo das outras plantações?

.....

- A produção do milho crioulo em sua parcela é viável economicamente?

.....

- Existe algum incentivo por parte do poder público ou de alguma entidade religiosa ou civil, para o cultivo do milho crioulo? Se sim, qual?

.....

. (PARCELEIROS QUE NÃO CULTIVAM O MILHO CRIOULO)

- Já cultivou o milho crioulo alguma vez?

.....

- (Se já cultivou) Por quanto tempo cultivou e qual o(s) motivo(s) que lhe fez parar de cultivar?

.....

.....

- (Se ainda não cultivou) Pensa em um dia cultivar o milho crioulo, ou não? Por que?.....

.....
.....
.....

5 DADOS FINAIS

- O que você pensa a respeito do cultivo do milho crioulo?

.....
.....
.....
.....

- O que você pensa que é preciso acontecer para melhorar a vida dos assentados do P.A. Rancho Grande?

.....
.....
.....
.....
.....